

**ATA DA 28ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

Ao vigésimo quinto dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco, através do aplicativo Microsoft Teams, realizou-se por videoconferência a 28ª Reunião Extraordinária da Comissão de Proteção à Paisagem Urbana. TALITA V. CAVALLARI FONSECA, Secretária Executiva da Comissão de Proteção à Paisagem Urbana - CPPU, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, DETERMINA a publicação do extrato contendo as deliberações do Plenário relativas às matérias constantes da pauta da 28ª Reunião Extraordinária, realizada em 26 de fevereiro de 2025. PAUTA DA REUNIÃO - 1. Comunicações Gerais; 2. Processos.

**01)** A reunião foi iniciada pela Presidente, Sra. Aparecida Regina Lopes Monteiro, às 14h14min, prosseguindo para o primeiro item da pauta com a ciência da publicação no Diário Oficial da Cidade de São Paulo de 25 de fevereiro de 2025, página 109, quanto a alteração do local da reunião, de presencial para online, através do aplicativo "Microsoft Teams" e a exclusão do item 2.01 - 6068.2025/0001295-0 da pauta; em seguida, a Sra. Presidente, Regina Monteiro, informou que a reunião estava sendo transmitida ao vivo pelo YouTube, com tradução simultânea em libras, realizada pelas intérpretes Dareska e Talita, que se revezavam durante a transmissão; em sequência, após breve interação para esclarecimento, a palavra foi passada à Sra. Talita Veiga Cavallari Fonseca, Sec. Executivo, que esclareceu não ser a única responsável pela atividade mencionada, afirmando que, embora exerça múltiplas funções, não desempenhava tal atribuição, e informou que já era possível dar início aos trabalhos; com a palavra, a Sra. Presidente, Regina Monteiro, cumprimentou a todos e justificou a realização da reunião de forma virtual em razão da pauta reduzida, visando economia de recursos e maior conforto, considerando ainda o período posterior ao carnaval e a existência de pauta extra; em seguida, a Sra. Presidente informou que passaria a condução dos informes e considerações gerais à Sra. Talita Veiga Cavallari Fonseca, Sec. Executivo, solicitando que esta desse prosseguimento aos trabalhos; em seguida, a Sra. Talita Veiga Cavallari Fonseca, Sec. Executivo, cumprimentou a Sra. Presidente e a todos os presentes, informando que, conforme já mencionado, a reunião estava sendo gravada e transmitida ao vivo pelo canal oficial no YouTube, e que as votações seriam registradas por meio do chat; em sequência, esclareceu que o primeiro informe já havia sido antecipado pela Sra. Presidente, tratando-se do único informe da reunião, consistente na exclusão de um item da pauta, referente à consolidação do manual de comunicação visual para os patrocinadores de blocos e do guia de ativação das marcas dos patrocinadores da cidade; em seguida, registrou ainda a alteração do formato da reunião, de presencial para online, e passou novamente a palavra à Sra. Presidente, Regina Monteiro, para que, se assim desejasse, se manifestasse sobre a exclusão do referido item da pauta; em seguida, a Sra. Presidente, Regina Monteiro, prestou informe esclarecendo que foi realizada reunião com todos os envolvidos no carnaval, ocasião em que se teve uma primeira experiência no pré-carnaval, período em que diversas ações ocorreram simultaneamente, razão pela qual será realizada a reformulação dos dois guias,

39 tanto do manual que integra o edital quanto do guia destinado aos blocos; em sequência,  
40 esclareceu que a marca em si não constitui problema, sendo a principal questão a  
41 sobreposição de marcas e a forma de distribuição, registrando que grande parte do  
42 conteúdo já se encontra aprovada e o que ainda não está aprovado vem sendo analisado e  
43 aprovado individualmente; com a palavra, informou que, na presente reunião, haverá  
44 apenas um processo relacionado ao carnaval, sendo preparado novo conjunto de manuais  
45 e guias para o próximo ano, em conjunto com todas as secretarias envolvidas e com a São  
46 Paulo Turismo, diretamente atuante no tema; em seguida, registrou a existência de um  
47 item extra pauta, informando que o MASP solicitou análise urgente em razão de  
48 inauguração próxima, tratando-se de ativação apresentada conforme processo  
49 protocolado, entendendo a Presidência ser relevante submeter o tema à apreciação,  
50 aprovação e deliberação desta comissão; em sequência, esclareceu que, embora já  
51 tenham ocorrido outros casos semelhantes, a urgência decorrente da proximidade da  
52 inauguração justificou a inclusão do item como extra pauta; ao final, agradeceu à Sra.  
53 Talita Veiga Cavallari Fonseca, Sec. Executivo, e solicitou o início dos trabalhos; em  
54 seguida, a Sra. Talita Veiga Cavallari Fonseca, Sec. Executivo, informou que o primeiro  
55 processo da pauta correspondia ao processo nº 6068.2025/0001310-8, tendo como  
56 interessado SIOUX, Organização de Feiras e Congressos Ltda., cujo assunto tratava do  
57 Mercado Pago no carnaval 2025; em sequência, esclareceu que referido processo constava  
58 originalmente como item 2 da pauta, tendo sido excluído o item 1, passando o item extra  
59 pauta a integrar a ordem dos trabalhos como novo item 2; com a palavra, dirigiu-se à Sra.  
60 Sônia, relatora do processo, cumprimentando-a e solicitando o prosseguimento; em  
61 seguida, a Sra. Talita Veiga Cavallari Fonseca, Sec. Executivo, informou que o primeiro  
62 processo da pauta correspondia ao processo nº 6068.2025/0001310-8, tendo como  
63 interessado SIOUX, Organização de Feiras e Congressos Ltda., cujo assunto trata da  
64 ativação da marca Mercado Pago no carnaval de rua 2025, esclarecendo que referido  
65 processo constava originalmente como item 2 da pauta, tendo sido excluído o item 1,  
66 passando o item extra pauta a integrar a ordem dos trabalhos como item 2; em sequência,  
67 passou a palavra à Sra. Sônia Regina Chiaradia, relatora do processo, que cumprimentou os  
68 presentes e iniciou a apresentação, esclarecendo os procedimentos de compartilhamento  
69 de tela; com a palavra, a relatora apresentou o PA nº 6068.2025/0001310-8, informando  
70 que a ativação ocorreria nos locais Ibirapuera, Centro e Avenida Faria Lima, no período de  
71 1º a 4 de março, no âmbito do carnaval de rua 2025, patrocinador Mercado Pago; em  
72 seguida, detalhou as competências legais da CPPU, com fundamento nas Leis Municipais  
73 nº 14.223/2006 e nº 16.050/2014, bem como no Decreto Municipal nº 56.268/2015,  
74 destacando a atribuição da comissão para apreciar e deliberar sobre casos de aplicação da  
75 legislação específica de paisagem urbana; em sequência, descreveu os elementos de  
76 ativação propostos, consistentes em mascote com QR Code, vending machine para  
77 distribuição de brindes, estação de beleza e PIN inflável, detalhando dimensões,  
78 quantidades, locais de implantação, forma de funcionamento, número estimado de  
79 atendimentos e características construtivas, ressaltando que o salão de beleza e a vending  
80 machine estariam restritos ao Ibirapuera e que os PINs seriam instalados no Ibirapuera,

81 Centro e Avenida Faria Lima, vedada sua localização no trajeto dos blocos; com a palavra,  
82 apresentou o estudo de proporcionalidade da marca nos PINs, demonstrando o  
83 atendimento ao limite de 20% da área destinada à logomarca; em seguida, contextualizou  
84 o evento como integrante do calendário oficial do município, conforme Portaria PREF nº  
85 1.388/2024, informando que o patrocinador oficial foi definido por meio do Pregão  
86 Presencial nº 01/SGM/2024, vencido pela Ambev, que apresentou as marcas majoritárias e  
87 exploradoras, incluindo o Mercado Pago; em sequência, citou os dispositivos legais  
88 aplicáveis, dentre eles a Lei nº 14.485/2007, os Decretos nº 58.857/2019 e nº  
89 63.095/2024, a Resolução SMDU/CPPU nº 02/2015, bem como a Portaria Conjunta  
90 SPTURIS/SMC nº 001/2024; com a palavra, apresentou a sugestão de encaminhamento  
91 técnico, propondo o indeferimento do drone com faixa por ausência de documentação da  
92 ANAC e por inadequação dimensional, bem como o indeferimento de elementos  
93 localizados em rota de bloco, e o encaminhamento à plenária para deliberação quanto aos  
94 itens mascote, vending machine, estação de beleza e PIN; em sequência, manifestou-se  
95 favoravelmente à aprovação dos referidos itens, com condicionantes relativas à  
96 responsabilidade do interessado pela segurança, isolamento, limpeza, conformidade com  
97 os croquis apresentados, vedação de instalação no trajeto dos blocos, apresentação de  
98 relatório fotográfico ou audiovisual após o evento, recomposição vegetal das áreas  
99 ocupadas conforme orientação da subprefeitura, e obtenção das autorizações da Polícia  
100 Militar, SPTURIS e subprefeitura competente, ressaltando que a anuência da CPPU não  
101 exime o interessado da obtenção das demais licenças legais; ao final, reiterou a sugestão  
102 de aprovação pela plenária da CPPU do processo nº 6068.2025/0001310-8, com as  
103 condicionantes apresentadas; em seguida, a Sra. Presidente, Regina Monteiro, agradeceu  
104 a apresentação e informou o encerramento da fala da relatora, agradecendo à Sra. Sônia  
105 Regina Chiaradia, registrando que, conforme o rito das deliberações, a palavra seria  
106 franqueada ao interessado pelo prazo de até cinco minutos para manifestação geral sobre  
107 o pedido; em sequência, observou solicitação de questão de ordem, verificando tratar-se  
108 de ajuste já solucionado, e passou a palavra ao representante da empresa interessada;  
109 com a palavra, a Sra. Riccy Robert cumprimentou a Sra. Presidente e os presentes,  
110 agradeceu a oportunidade e informou que a atividade referente ao drone foi cancelada,  
111 esclarecendo que não haveria mais tal elemento; em seguida, manifestou concordância  
112 integral com todas as condicionantes propostas, comprometendo-se ao seu fiel  
113 cumprimento; em sequência, registrou que eventuais ajustes quanto ao posicionamento  
114 do PIN e do blimp poderão ser realizados após a aprovação, em consonância com a Polícia  
115 Militar e a SPTURIS, de modo a garantir segurança, adequada visibilidade, ausência de  
116 interferência em câmeras, fiações ou qualquer elemento que possa oferecer risco às  
117 pessoas; com a palavra, destacou que a empresa se compromete a realizar eventuais  
118 remanejamentos necessários, ressaltando a importância da atuação da Polícia Militar na  
119 organização dos espaços conforme volume e dimensões das estruturas, finalizando sua  
120 manifestação; em seguida, a Sra. Presidente informou que a Sra. Beatriz, representante da  
121 SMUL, encontrava-se inscrita para manifestação, seguida pela Sra. Cláudia, passando a  
122 palavra à primeira inscrita; em seguida, com a palavra, a Sra. Beatriz Bruno Mendes,

123 Titular, SMUL, apresentou duas observações iniciais, registrando o entendimento de que  
124 as estruturas referentes à vending machine e ao salão de beleza seriam instaladas na Praça  
125 Escoteiro Aldo Chiorato, contudo apontou divergência na documentação apresentada, na  
126 qual consta a denominação “Alves Chiorato”, inexistente, solicitando o devido ajuste; em  
127 sequência, questionou se a área onde se encontra a lata da Brahma seria considerada  
128 como parte do trajeto do bloco, tendo em vista as restrições aplicáveis; com a palavra,  
129 ressaltou que o blimp não se encontra aprovado, uma vez que há menção contraditória no  
130 despacho documental, ora sugerindo deferimento por já constar em aprovações  
131 anteriores, ora constando indeferimento, esclarecendo que, conforme apresentado  
132 originalmente, o blimp estaria localizado no meio do percurso, o que é vedado,  
133 ressaltando que eventual reposicionamento apenas na concentração ou dispersão  
134 somente poderia ser analisado se devidamente ajustado; em seguida, dirigiu  
135 questionamentos à equipe da SIOUX quanto às características da vending machine e do  
136 salão de beleza, indagando se tais estruturas seriam autoportantes ou se demandariam  
137 estaiamento com cordas ou cercamento, o que implicaria ampliação da área ocupada; em  
138 sequência, destacou que sua dúvida decorre da necessidade de compatibilização com os  
139 critérios já adotados em aprovações anteriores, como no caso da lata da Brahma, que  
140 possui característica autoportante, ressaltando a importância de clareza quanto à  
141 ocupação do espaço e às condições de segurança, a fim de manter a coerência das  
142 deliberações da comissão; em seguida, a Sra. Presidente, Regina Monteiro, agradeceu a  
143 manifestação da Sra. Beatriz Bruno Mendes, Titular, SMUL, e solicitou que fosse exibido o  
144 slide de implantação para fins de ilustração dos apontamentos realizados, esclarecendo  
145 que a imagem demonstrava, ainda que de forma figurativa, a implantação dos elementos,  
146 com a identificação em azul referente ao Mercado Pago e em vermelho referente à lata da  
147 Brahma, solicitando a projeção do material antes de franquear a palavra a Sra. Riccy  
148 Robert para os devidos esclarecimentos; em seguida, com a palavra, a Sra. Riccy Robert  
149 esclareceu que haverá o devido cuidado com o cercamento do espaço, informando que a  
150 ativação será realizada por meio de uma única tenda que abrigará todos os elementos,  
151 incluindo a vending machine e o salão de beleza, ressaltando que a imagem anteriormente  
152 exibida não se encontrava atualizada; em sequência, informou que poderia compartilhar  
153 material atualizado, esclarecendo que se trata de uma estrutura única, cercada, com piso,  
154 na qual a vending machine ficará posicionada ao lado do salão de beleza, caracterizando,  
155 portanto, uma instalação de maior porte, porém integrada; com a palavra, a Sra.  
156 Presidente, Regina Monteiro, confirmou o entendimento de que o elemento indicado  
157 anteriormente pela seta azul seria remanejado para a proximidade do ponto identificado  
158 pela bolota azul em posição inferior no croqui; em seguida, a Sra. Riccy Robert solicitou  
159 apoio de membros de sua equipe quanto à definição da posição acordada com a SPTURIS;  
160 em sequência, a Sra. Presidente esclareceu que a definição exata de posicionamento  
161 ocorre em momento próximo à implantação, em vistoria no local, considerando que os  
162 elementos podem sofrer ajustes, e solicitou que o Sr. Daniel apresentasse os  
163 esclarecimentos técnicos pertinentes, passando-lhe a palavra; em seguida, com a palavra,  
164 o Sr. Daniel Estalo esclareceu que o ponto azul anteriormente indicado não subsiste mais,

estando a implantação concentrada no quadrado branco localizado sobre a praça, posição esta já previamente alinhada com a SPTURIS, informando que não há impedimentos quanto às exigências da Polícia Militar e dos demais órgãos competentes que atuarão no desfile, ressaltando que todos os elementos ficarão concentrados nessa área delimitada; em sequência, a Sra. Presidente, Regina Monteiro, prestou esclarecimento adicional informando que todo o parque será isolado por painéis metálicos, por exigência da Polícia Militar, com a finalidade de garantir a segurança, formando rotas e caminhos operacionais, esclarecendo que se trata de medida técnica de segurança e não de restrição de acesso, uma vez que os blocos são gratuitos; com a palavra, o Sr. Daniel Estalo confirmou que, à época da vistoria prévia, tais painéis ainda não estavam instalados, mas que sua implantação já havia sido sinalizada por solicitação da Polícia Militar; em seguida, a Sra. Presidente questionou se a Sra. Beatriz Bruno Mendes, Titular, SMUL, teria novos questionamentos, ao que esta respondeu que suas dúvidas estavam sanadas, esclarecendo que todos os elementos estarão dentro da praça adequada, distinta da área onde se encontra a lata da Brahma, sendo a Praça Nobre Eduardo, de maior dimensão e apta a acomodar as estruturas; em sequência, a Sra. Beatriz reiterou que o blimp somente poderá ser instalado na entrada ou na saída, jamais no meio do trajeto, conforme determinação da Polícia Militar, ressaltando que eventual instalação fora do trajeto, desde que em consonância com as orientações da Polícia Militar, é o que se considera adequado, encerrando sua manifestação. **02)** Anteriormente a deliberação do item 2.01 da pauta, a Presidente informou a necessidade de inclusão na pauta do processo 6068.2025/0001703-0, como item 2.02, nos termos do § 3º do Art. 2º do Regimento Interno da CPPU (RESOLUÇÃO SMDU.CPPU/001/2010); em seguida, a Sra. Presidente, Regina Monteiro, informou que o Sr. Fabio havia solicitado a palavra, contudo, observando a ordem das inscrições, pediu desculpas à Sra. Cláudia e esclareceu que esta teria prioridade na manifestação; em sequência, a Sra. Talita Veiga Cavallari Fonseca, Sec. Executivo, solicitou que a apresentação permanecesse sob o controle da Sra. Sônia Regina Chiaradia, a fim de evitar interrupções durante o momento de deliberação, esclarecendo que, caso necessário, a apresentação poderia ser retomada para esclarecimentos adicionais; em seguida, a Sra. Presidente confirmou que a apresentação permaneceria com a relatora e passou a palavra à Sra. Cláudia para manifestação. **03)** 6068.2025/0001310-8: SIOUX ORGANIZAÇÃO DE FEIRAS E CONGRESSOS LTDA; MERCADO PAGO - CARNAVAL 2025. Após a relatoria, seguida de debates, deliberou pelo deferimento, por maioria de votos, da proposta apresentada em plenário; em seguida, com a palavra, a Sra. Claudia Andreoli Muniz, Titular, IAB-SP, cumprimentou a todos e esclareceu que sua manifestação não se referia especificamente ao caso do Mercado Pago, objeto da deliberação em curso, mas sim a questões gerais relacionadas ao carnaval de rua e às discussões iniciadas na semana anterior; em sequência, solicitou esclarecimentos quanto ao contrato firmado com a Secretaria de Governo Municipal, referente à contratação da Ambev como patrocinadora oficial, manifestando dúvidas quanto à possibilidade de terceirização ou compartilhamento do direito de exploração da paisagem urbana por marcas parceiras, contratadas ou conveniadas à Ambev, ressaltando que, embora a Ambev tenha aportado o

207 valor de vinte e sete milhões de reais ao evento, não lhe pareceu clara, no contrato, a  
208 extensão desse direito às demais marcas; com a palavra, questionou se haveria instância  
209 ou setor jurídico específico ao qual o colegiado pudesse recorrer para esclarecimento  
210 dessa matéria; em seguida, ao ser questionada pela Sra. Presidente, Regina Monteiro,  
211 confirmou que teve acesso e realizou a leitura do contrato nº 0001/SGM/2025; em  
212 sequência, a Sra. Presidente registrou que não realizou a leitura integral do referido  
213 contrato, informando que a análise foi feita pela equipe técnica, manifestando a  
214 necessidade de também se atentar a esse ponto para acompanhamento dos  
215 esclarecimentos; em seguida, com a palavra, a Sra. Claudia Andreoli Muniz, Titular, IAB-SP,  
216 reiterou que o contrato firmado com a Secretaria de Governo Municipal reconhece a  
217 Ambev como patrocinadora oficial, contudo afirmou não estar claro, do ponto de vista  
218 jurídico, como se dá a exploração da paisagem urbana pelas demais marcas vinculadas à  
219 Ambev, totalizando nove marcas, o que, em seu entendimento, gera dúvida relevante para  
220 a deliberação; em sequência, apontou que o contrato não menciona expressamente a  
221 observância da Lei Cidade Limpa nem da Resolução nº 02/2015, ressaltando que tais  
222 normativos devem ser respeitados independentemente, e informou não ter localizado  
223 essa referência no texto contratual; com a palavra, a Sra. Presidente, Regina Monteiro,  
224 esclareceu que tais disposições constam dos anexos 1 e 2 do contrato, denominados  
225 cadernos; em réplica, a Sra. Claudia Andreoli Muniz ponderou que os referidos anexos,  
226 especialmente o manual, não lhe pareceram claramente vinculados ao contrato; em  
227 sequência, a Sra. Presidente esclareceu que o anexo 1, identificado pela capa colorida,  
228 encontra-se atrelado ao contrato; com a palavra, a Sra. Talita Veiga Cavallari Fonseca, Sec.  
229 Executivo, complementou informando que se trata da cartilha do guia de ativação de  
230 marcas do patrocinador oficial; em seguida, a Sra. Claudia Andreoli Muniz registrou, para  
231 fins de transparência, que no site da prefeitura, na página da Secretaria de Governo  
232 Municipal, o contrato disponibilizado ao público não contém os anexos 1 e 2, constando  
233 apenas o texto principal, apontando a necessidade de correção dessa disponibilização; em  
234 seguida, a Sra. Presidente, Regina Monteiro, esclareceu que o guia não constitui cláusula  
235 isolada, mas integra o contrato na condição de anexo, no qual consta expressamente que  
236 as ativações de marca dependem de aprovação da CPPU, ressaltando que determinados  
237 locais já possuem contrapartida de exposição previamente prevista e que outros  
238 elementos, como PIN e demais ativações não contempladas de forma direta, devem  
239 necessariamente ser submetidos à deliberação da comissão, conforme disposto no guia de  
240 ativação; em sequência, informou não ter domínio completo sobre a forma jurídica de  
241 exploração ou eventual cessão desse direito pela patrocinadora oficial às demais marcas,  
242 sugerindo que tal esclarecimento seja solicitado aos responsáveis pela elaboração e  
243 assinatura do contrato, destacando o papel da SPTURIS como órgão encarregado da  
244 operação do carnaval, inclusive da infraestrutura, e a atuação da Secretaria de Governo  
245 Municipal; com a palavra, a Sra. Sônia Regina Chiaradia esclareceu que a possibilidade de  
246 apresentação de patrocinadores terceirizados está prevista na cláusula 9.1 do edital, a qual  
247 autoriza a patrocinadora oficial a indicar as marcas exploradoras vinculadas ao contrato;  
248 em seguida, com a palavra, o Sr. Ernesto de Lima Alves Vivona, Titular, SGM, esclareceu

249 que o anexo um corresponde ao termo referencial, publicado juntamente com o edital,  
250 destacando que, embora a Lei Cidade Limpa não esteja citada nominalmente, o contrato  
251 dispõe expressamente que todos os patrocinadores, inclusive os patrocinadores parceiros,  
252 devem observar integralmente as posturas municipais, o que inclui a legislação de cidade  
253 limpa; em sequência, a Sra. Presidente, Regina Monteiro, complementou que, além da  
254 observância à cidade limpa, os patrocinadores devem atender às exigências da CET, da  
255 Polícia Militar e das demais instâncias competentes, ressaltando que tais diretrizes  
256 também constam do guia de ativação aprovado pela CPPU; com a palavra, a Sra. Claudia  
257 Andreoli Muniz, Titular, IAB-SP, questionou onde seria possível acessar o anexo  
258 mencionado, uma vez que não se encontra disponível no site da Secretaria de Governo  
259 Municipal; em seguida, a Sra. Presidente solicitou esclarecimentos, e a Sra. Talita Veiga  
260 Cavallari Fonseca, Sec. Executivo, informou que o anexo integra o processo administrativo  
261 nº 6011.2024/00036644, correspondente ao edital que originou o contrato, exibindo o  
262 número do processo para ciência dos presentes; em sequência, o Sr. Ernesto de Lima Alves  
263 Vivona esclareceu que o anexo um, parte integrante do contrato, consta do edital, na  
264 condição de termo referencial que deu origem à licitação; com a palavra, a Sra. Claudia  
265 Andreoli Muniz manifestou ciência das informações prestadas, informou que iria consultar  
266 o referido processo e registrou que, caso surgissem questionamentos específicos sobre o  
267 Mercado Pago no decorrer da discussão, solicitaria novamente a palavra; em seguida, a  
268 Sra. Presidente, Regina Monteiro, agradeceu as manifestações e solicitou à Sra. Talita  
269 Veiga Cavallari Fonseca, Sec. Executivo, orientação quanto à ordem das inscrições para  
270 fala, mencionando os pedidos do Sr. Ernesto e da Sra. Aline; em sequência, após breve  
271 verificação, a Sra. Presidente solicitou que os inscritos permanecessem aguardando; com a  
272 palavra, a Sra. Talita Veiga Cavallari Fonseca esclareceu que a Sra. Aline não constava com  
273 solicitação formal de fala, tendo apenas realizado cumprimento, razão pela qual a  
274 manifestação seria desconsiderada naquele momento; em seguida, com a palavra, o Sr.  
275 Durval Nicolau Tabach, Titular, CPM I, cumprimentou os presentes e esclareceu que sua  
276 manifestação não se referia diretamente à aprovação ou não do processo em análise, mas  
277 à reflexão acerca da competência da CPPU e dos limites de sua atuação deliberativa; em  
278 sequência, destacou que lhe chamou a atenção a sugestão de indeferimento do item  
279 referente ao drone em razão da ausência de atendimento às exigências da ANAC,  
280 ponderando que, em regra, as deliberações da CPPU costumam consignar que a aprovação  
281 não dispensa o interessado da obtenção das demais licenças junto a outros órgãos  
282 competentes, questionando, assim, a coerência entre reprovar um item por ausência de  
283 licença externa e aprovar outros condicionando a autorizações futuras; com a palavra,  
284 trouxe essa reflexão para os itens propostos de estação de beleza e vending machine,  
285 apontando a existência de inconsistências quanto às áreas ocupadas, uma vez que a área  
286 informada da vending machine seria de 1,35 m<sup>2</sup>, acrescida de gerador com área  
287 aproximada de 9 m<sup>2</sup>, bem como divergência entre as dimensões da estação de beleza  
288 apresentadas na exposição e aquelas constantes no material encaminhado previamente,  
289 além da informação de que ambos os equipamentos estariam integrados em uma única  
290 tenda não representada nos documentos apresentados; em sequência, ressaltou que se

291 trata de área maior e ainda indefinida, além de espaço de uso restrito a clientes do  
292 Mercado Pago em área pública durante o carnaval de rua, levantando questionamento  
293 sobre a possibilidade de aprovação, pela CPPU, de ocupação privativa, ainda que parcial,  
294 de espaço público em evento gratuito; por fim, indagou se tal aspecto extrapolaria a  
295 análise estritamente paisagística e demandaria reflexão adicional por parte da comissão,  
296 encerrando sua manifestação; em seguida, a Sra. Presidente, Regina Monteiro, agradeceu  
297 a manifestação do Sr. Durval Nicolau Tabach, Titular, CPM I, e passou a esclarecer que  
298 compete à CPPU apreciar, emitir parecer e deliberar sobre toda e qualquer inserção de  
299 elementos na paisagem urbana, não se restringindo apenas à marca, mas ao conjunto do  
300 elemento físico, incluindo implantação, remoção e recomposição do espaço, motivo pelo  
301 qual são impostas condicionantes relativas à limpeza, recomposição vegetal e segurança;  
302 em sequência, ressaltou que a análise de segurança é indissociável da competência da  
303 comissão, uma vez que qualquer intervenção no espaço público demanda avaliação do  
304 conjunto de impactos; com a palavra, destacou que a competência da CPPU decorre  
305 expressamente da Lei Municipal nº 16.050, que institui o Plano Diretor Estratégico,  
306 conferindo respaldo legal às deliberações do colegiado; em seguida, ao tratar  
307 especificamente do item referente ao drone, esclareceu que, além da ausência de  
308 aprovação pela ANAC, há relevantes questões de segurança pública, uma vez que o uso de  
309 drones sobre blocos carnavalescos é vedado, inclusive em razão da atuação da Polícia  
310 Militar, que utiliza drones próprios para fiscalização, bem como pelo risco de queda de  
311 equipamentos sobre os foliões, informando que o equipamento, inclusive, transportaria  
312 elementos suspensos, o que agrava o risco; em sequência, registrou que tais fatores,  
313 aliados às informações prestadas pela Polícia Militar, fundamentaram o indeferimento,  
314 acrescentando que o próprio representante do interessado informou a desistência da  
315 utilização do drone; com a palavra, ampliou a reflexão destacando o aumento recorrente  
316 de pedidos para ativações aéreas com drones, reforçando a necessidade de cautela dentro  
317 da competência da CPPU quanto à inserção na paisagem, seja em período noturno ou  
318 diurno, especialmente quando envolve transporte de objetos; em seguida, ao abordar a  
319 questão da eventual privatização do espaço público, esclareceu que a paisagem também  
320 constitui espaço público e que a análise da CPPU se dá sob o prisma da inserção dos  
321 elementos na paisagem urbana, reconhecendo, contudo, que a questão contratual acerca  
322 do uso restrito a determinados públicos poderá demandar esclarecimentos adicionais por  
323 parte dos órgãos responsáveis pelo contrato, sugerindo manifestação complementar do  
324 representante da SGM; por fim, reiterou que a deliberação da comissão se concentra na  
325 análise da inserção do elemento na paisagem urbana, da conformidade com o guia de  
326 ativação e das condicionantes de segurança e recomposição do espaço, prosseguindo-se  
327 com os trabalhos; em seguida, a Sra. Presidente, Regina Monteiro, agradeceu a  
328 manifestação do Sr. Durval Nicolau Tabach, Titular, CPM I, e passou a esclarecer que  
329 compete à CPPU apreciar, emitir parecer e deliberar sobre toda e qualquer inserção de  
330 elementos na paisagem urbana, não se restringindo apenas à marca, mas ao conjunto do  
331 elemento físico, incluindo implantação, remoção e recomposição do espaço, motivo pelo  
332 qual são impostas condicionantes relativas à limpeza, recomposição vegetal e segurança;

em sequência, ressaltou que a análise de segurança é indissociável da competência da comissão, uma vez que qualquer intervenção no espaço público demanda avaliação do conjunto de impactos; com a palavra, destacou que a competência da CPPU decorre expressamente da Lei Municipal nº 16.050, que institui o Plano Diretor Estratégico, conferindo respaldo legal às deliberações do colegiado; em seguida, ao tratar especificamente do item referente ao drone, esclareceu que, além da ausência de aprovação pela ANAC, há relevantes questões de segurança pública, uma vez que o uso de drones sobre blocos carnavalescos é vedado, inclusive em razão da atuação da Polícia Militar, que utiliza drones próprios para fiscalização, bem como pelo risco de queda de equipamentos sobre os foliões, informando que o equipamento, inclusive, transportaria elementos suspensos, o que agrava o risco; em sequência, registrou que tais fatores, aliados às informações prestadas pela Polícia Militar, fundamentaram o indeferimento, acrescentando que o próprio representante do interessado informou a desistência da utilização do drone; com a palavra, ampliou a reflexão destacando o aumento recorrente de pedidos para ativações aéreas com drones, reforçando a necessidade de cautela dentro da competência da CPPU quanto à inserção na paisagem, seja em período noturno ou diurno, especialmente quando envolve transporte de objetos; em seguida, ao abordar a questão da eventual privatização do espaço público, esclareceu que a paisagem também constitui espaço público e que a análise da CPPU se dá sob o prisma da inserção dos elementos na paisagem urbana, reconhecendo, contudo, que a questão contratual acerca do uso restrito a determinados públicos poderá demandar esclarecimentos adicionais por parte dos órgãos responsáveis pelo contrato, sugerindo manifestação complementar do representante da SGM; por fim, reiterou que a deliberação da comissão se concentra na análise da inserção do elemento na paisagem urbana, da conformidade com o guia de ativação e das condicionantes de segurança e recomposição do espaço, prosseguindo-se com os trabalhos; em seguida, a Sra. Sônia Regina Chiaradia solicitou esclarecimento acerca da divergência nas dimensões do salão de beleza, ao que a Sra. Presidente, Regina Monteiro, autorizou a manifestação após eventual complementação pelo Sr. Ernesto; com a palavra, a Sra. Sônia Regina Chiaradia esclareceu que, na documentação inicial encaminhada pelo interessado, constava a dimensão de 4 por 5 metros, tendo sido posteriormente ajustada para 2,5 por 4 metros, razão da diferença observada; em sequência, a Sra. Presidente questionou se, diante das alterações, os elementos teriam sido consolidados em uma única estrutura, conforme mencionado anteriormente, ao que se esclareceu que os dois equipamentos ficariam lado a lado; com a palavra, o Sr. Durval Nicolau Tabach questionou se haveria uma tenda única cobrindo ambos os elementos, configurando área de dimensão ainda indefinida e de uso exclusivo para clientes do Mercado Pago; em réplica, a Sra. Presidente, Regina Monteiro, questionou a afirmação de exclusividade; em seguida, o Sr. Durval esclareceu que, conforme consta na apresentação, tanto a vending machine quanto o salão de beleza seriam destinados exclusivamente a clientes do Mercado Pago, conforme proposta apresentada pelo interessado; em seguida, a Sra. Presidente, Regina Monteiro, registrou entendimento quanto às colocações realizadas, ponderando que determinadas questões levantadas possuem natureza

375 predominantemente contratual, passíveis de aperfeiçoamento em exercícios futuros,  
376 destacando que a organização do carnaval vem sendo aprimorada a cada ano; em  
377 sequência, mencionou exemplos de edições anteriores, nas quais houve comercialização e  
378 ativações vinculadas a marcas específicas, ressaltando que tais práticas se inserem na  
379 lógica de contrapartida do patrocínio oficial; com a palavra, solicitou ao Sr. Ernesto de Lima  
380 Alves Vivona, Titular, SGM, que, se presente, prestasse esclarecimentos adicionais acerca  
381 da possibilidade contratual de oferta de serviços ou ativações restritas a clientes de  
382 determinada marca no âmbito do carnaval de rua; em seguida, com a palavra, o Sr.  
383 Ernesto de Lima Alves Vivona, Titular, SGM, esclareceu que a questão do uso exclusivo das  
384 ativações por clientes do Mercado Pago não está prevista nem disciplinada no contrato,  
385 tratando-se de ponto omissivo, inexistindo cláusula que autorize ou vede expressamente tal  
386 restrição de acesso; em sequência, ressaltou que o contrato estabelece apenas a  
387 obrigatoriedade de observância das posturas municipais e demais normas aplicáveis, não  
388 enfrentando a questão da exclusividade de uso; com a palavra, ponderou que tal aspecto  
389 provavelmente não foi considerado à época da elaboração contratual, tratando-se de  
390 tema que poderá ser aperfeiçoado em futuras contratações, mediante inclusão de cláusula  
391 específica; em sequência, observou que, dentre as marcas parceiras, o Mercado Pago se  
392 distingue por se tratar de instituição financeira com base de clientes, diferentemente das  
393 demais, o que torna a questão mais sensível; por fim, sugeriu que, para os próximos anos,  
394 possa ser avaliada a inclusão de previsão contratual no sentido de que eventuais ativações  
395 em espaço público sejam franqueadas a todos, encerrando sua manifestação; em seguida,  
396 com a palavra, o Sr. Durval Nicolau Tabach, Titular, CPM I, retomou a reflexão destacando  
397 que sua comparação com o indeferimento do drone se deu pelo fato de, a seu ver, pela  
398 primeira vez uma questão externa à paisagem urbana, qual seja, a ausência de licença de  
399 outro órgão, ter interferido diretamente na deliberação da CPPU, questionando se, por  
400 coerência, outras questões não diretamente ligadas à paisagem, como o uso exclusivo de  
401 espaço público, também deveriam ser consideradas na análise; em sequência, reforçou  
402 que a existência de uma tenda englobando salão de beleza e vending machine, destinada  
403 exclusivamente a clientes do Mercado Pago, sem definição clara de dimensões, suscita  
404 dúvida quanto ao alcance da deliberação, indagando se a CPPU deve se restringir apenas à  
405 aparência e inserção paisagística ou se tais aspectos extrapolam a competência da  
406 comissão; com a palavra, a Sra. Presidente, Regina Monteiro, esclareceu que, no caso do  
407 drone, a negativa não se deu apenas por ausência de licença externa, mas também por  
408 questão direta de inserção na paisagem, uma vez que o equipamento transportaria banner  
409 com marca, configurando elemento publicitário aéreo; em réplica, o Sr. Durval reiterou  
410 seu entendimento de que, além da paisagem, houve consideração de fatores externos,  
411 como segurança e ausência de autorização, questionando se tais critérios devem  
412 igualmente ser aplicados aos demais elementos em deliberação, encerrando sua  
413 manifestação; em seguida, a Sra. Presidente, Regina Monteiro, esclareceu que, no caso do  
414 indeferimento do drone, há um fluxo procedimental adotado pela CPPU, no qual  
415 inicialmente se verifica a existência de autorização da ANAC, sendo que, na ausência desta,  
416 o pedido já é eliminado, e que, ainda que houvesse eventual aprovação daquele órgão, o

417 pedido avançaria para nova etapa de análise, ocasião em que seriam avaliadas as demais  
418 questões de inserção na paisagem, como o transporte de faixas ou banners, que  
419 igualmente poderiam ensejar indeferimento; em sequência, registrou compreensão  
420 quanto à ponderação apresentada e propôs que o tema fosse mantido como observação  
421 para aperfeiçoamentos futuros; com a palavra, a Sra. Sônia Regina Chiaradia  
422 complementou que o indeferimento do drone não se fundamentou apenas na ausência de  
423 autorização da ANAC, mas também nas dimensões do elemento proposto, consistindo em  
424 faixa ou standard com aproximadamente cinco metros de altura, incompatível com os  
425 parâmetros analisados; em sequência, a Sra. Presidente registrou o esclarecimento  
426 adicional, destacando que também a dimensão do standard integrou a motivação do  
427 indeferimento, prosseguindo-se com os trabalhos; em seguida, a Sra. Talita Veiga Cavallari  
428 Fonseca, Sec. Executivo, esclareceu que suas considerações não se referiam ao mérito das  
429 ponderações apresentadas pelo Sr. Durval Nicolau Tabach, Titular, CPM I, mas ao objeto  
430 efetivo em deliberação pela CPPU na presente reunião, ressaltando que apenas os itens  
431 constantes do item 3 da manifestação técnica estavam submetidos à apreciação do  
432 colegiado; em sequência, esclareceu que os itens submetidos à deliberação consistem  
433 exclusivamente na vending machine, na estação de beleza, no PIN e no Mascote,  
434 informando que as propostas de indeferimento relativas aos demais itens seriam objeto de  
435 despacho direto da Presidência da CPPU, sem necessidade de apreciação pela comissão;  
436 com a palavra, ressaltou que tal procedimento segue o mesmo rito adotado em reunião  
437 anterior, a exemplo do caso do iFood, no qual a CPPU deliberou apenas sobre item  
438 específico; em seguida, informou que as observações levantadas seriam consideradas no  
439 despacho da Presidência, inclusive quanto às dimensões dos elementos indeferidos; ao  
440 final, a Sra. Presidente, Regina Monteiro, corroborou o esclarecimento prestado e passou a  
441 palavra ao Sr. Fabio para a próxima manifestação; em seguida, com a palavra, o Sr. Fabio  
442 Jorge Benini Cabral, Titular, CPM II, cumprimentou a Sra. Presidente, a Sra. Talita Veiga  
443 Cavallari Fonseca, Sec. Executivo, a relatora e os demais presentes, bem como os que  
444 acompanhavam a reunião pelo YouTube, registrando inicialmente preocupação quanto às  
445 interrupções ocorridas durante a manifestação da Sra. Claudia Andreoli Muniz, Titular, IAB-  
446 SP, ressaltando a importância do respeito ao tempo de fala para a adequada exposição do  
447 raciocínio, sugerindo que as respostas sejam apresentadas após a conclusão das  
448 manifestações; em sequência, destacou a dificuldade recorrente enfrentada pelos  
449 conselheiros para análise aprofundada dos processos relativos ao carnaval, em razão do  
450 exíguo prazo para apreciação de documentação extensa, mencionando que o material  
451 referente ao Mercado Pago continha elevado número de laudas e slides, o que inviabiliza  
452 exame detalhado em tempo hábil; com a palavra, ponderou que os processos relativos a  
453 eventos oficiais da cidade vêm sendo submetidos à CPPU de forma reiterada muito  
454 próxima à data de realização, citando que o contrato foi assinado em 6 de janeiro de 2025  
455 e que a análise ocorre poucos dias antes do evento, o que dificulta qualquer possibilidade  
456 real de adequações por parte dos proponentes; em seguida, observou que situações  
457 semelhantes já ocorreram em anos anteriores, nas quais recomendações feitas pela  
458 comissão não puderam ser implementadas em razão do curto prazo, restando apenas a

459 imposição de condicionantes ou indeferimentos pontuais; com a palavra, destacou  
460 dispositivo contratual que atribui à Secretaria de Governo Municipal a resolução de casos  
461 omissos, apontando que a questão da tenda integrada e do uso exclusivo configura  
462 hipótese omissa no contrato, o que suscita dúvidas quanto à competência decisória; em  
463 sequência, defendeu a necessidade de reuniões conjuntas e integradas entre os diversos  
464 órgãos envolvidos em grandes eventos oficiais, como carnaval, réveillon e Fórmula 1, de  
465 modo a permitir análise sistêmica e coordenada, inclusive com participação de outras  
466 secretarias e órgãos técnicos; com a palavra, ressaltou que a CPPU acaba assumindo papel  
467 restrito à análise da comunicação visual, quando, em seu entendimento, deveria ser  
468 possível avaliar os impactos mais amplos das intervenções, inclusive com vistorias prévias,  
469 análise de cobertura vegetal e participação de órgãos ambientais; em sequência, destacou  
470 que a privatização temporária de espaços públicos já ocorreu em eventos anteriores,  
471 inclusive em parques, citando exemplos pretéritos, e que tal prática merece reflexão no  
472 âmbito da municipalidade; ao final, esclareceu que suas ponderações não constituem  
473 crítica à atuação da SMUL ou da CPPU, elogiando a evolução da qualidade das  
474 apresentações técnicas, em especial a realizada pela relatora, mas reiterando a  
475 necessidade de maior previsibilidade, planejamento prévio e integração institucional para  
476 permitir análises mais consistentes, encerrando sua manifestação; em seguida, a Sra.  
477 Presidente, Regina Monteiro, agradeceu a manifestação do Sr. Fabio Jorge Benini Cabral,  
478 Titular, CPM II, esclarecendo, de forma conclusiva, que no carnaval de rua da cidade de  
479 São Paulo nunca houve privatização de espaço público, especialmente por instituição  
480 financeira, ressaltando que situações distintas mencionadas, como no Parque Villa-Lobos e  
481 no Parque Ibirapuera, referem-se a áreas concessionadas, com regramento próprio; em  
482 sequência, informou que a atuação da CPPU se dá estritamente nos limites das  
483 competências que lhe são demandadas, não havendo margem para arbitragem além do  
484 que é submetido formalmente à comissão; com a palavra, questionou se o Sr. Fabio  
485 desejava acrescentar nova manifestação ou se a indicação de fala já havia se encerrado,  
486 registrando, em seguida, o encerramento da participação; em sequência, a Sra. Presidente  
487 indagou sobre nova solicitação de fala, identificando tratar-se do Sr. Daniel, a quem  
488 franqueou a palavra; em seguida, com a palavra, o Sr. Daniel esclareceu que o espaço  
489 destinado às ativações não é fechado nem restrito exclusivamente a clientes do banco,  
490 tratando-se de área definida pela organização, SPTURIS e órgãos competentes, destinada à  
491 concentração de patrocinadores, permanecendo aberta ao acesso das pessoas, apenas  
492 com proteção adequada para organização e segurança; em sequência, informou que as  
493 alterações apresentadas decorreram de alinhamentos realizados com os envolvidos no  
494 processo, visando atender às orientações recebidas, esclarecendo que a vending machine,  
495 inicialmente indicada em área inadequada, foi reposicionada para espaço previamente  
496 destinado, buscando minimizar impactos na paisagem, ressaltando que as estruturas  
497 encontram-se concentradas em local definido e previamente alinhado, mantendo-se  
498 abertas ao público; em seguida, a Sra. Presidente, Regina Monteiro, agradeceu os  
499 esclarecimentos, informou dificuldade momentânea na visualização das solicitações de  
500 fala e questionou a Sra. Talita Veiga Cavallari Fonseca, Sec. Executivo, quanto aos inscritos;

501 em sequência, registrou que o Sr. Fabio Jorge Benini Cabral e a Sra. Claudia Andreoli Muniz  
502 haviam novamente solicitado a palavra, passando a palavra ao primeiro; em seguida, o Sr.  
503 Fabio Jorge Benini Cabral, Titular, CPM II, solicitou a inversão da ordem de fala, cedendo  
504 sua vez à Sra. Claudia Andreoli Muniz, Titular, IAB-SP; com a palavra, a Sra. Claudia  
505 Andreoli Muniz agradeceu o apoio recebido e registrou formalmente que o anexo um,  
506 termo referencial do contrato, não se encontra disponível para acesso público na internet,  
507 informando que, ao consultar o portal de processos da prefeitura e inserir o número  
508 indicado, o documento não é exibido quando acionado o link da íntegra do contrato, bem  
509 como que, na publicação realizada no diário oficial em oito de janeiro, o referido anexo  
510 também não se encontra acessível, constando como documento classificado como restrito,  
511 motivo pelo qual deixou consignado que não foi possível o acesso ao termo referencial; em  
512 seguida, a Sra. Presidente, Regina Monteiro, agradeceu a manifestação e passou a palavra  
513 ao Sr. Fabio Jorge Benini Cabral para eventual complementação; em seguida, com a  
514 palavra o Representante da Sociedade Civil, Sr. Fabio Jorge Benini Cabral, questionou o  
515 Proponente quanto à possibilidade de, caso a Comissão deliberasse alguma alteração na  
516 comunicação visual, considerando a data de vinte e seis do corrente mês, haver tempo  
517 hábil para a realização das modificações e a veiculação do material, seja nas estações, seja  
518 no material promocional, ressaltando a necessidade de esclarecimento específico sobre o  
519 tema; em sequência, manifestou-se a Presidente, Sra. Aparecida Regina Lopes Monteiro,  
520 esclarecendo que, se assim fosse deliberado pela Comissão, o Proponente deveria se  
521 adequar às determinações ou, não sendo possível, não poderia executar a ação; com a  
522 palavra novamente, o Representante da Sociedade Civil, Sr. Fabio Jorge Benini Cabral,  
523 ponderou que, em sua experiência profissional, seria inviável a produção e veiculação de  
524 material faltando apenas dois dias; em seguida, a Presidente, Sra. Aparecida Regina Lopes  
525 Monteiro, reafirmou que, havendo deliberação da Comissão e não sendo possível a  
526 adequação, a execução não poderia ocorrer, mencionando que tal situação já ocorreu  
527 anteriormente; em sequência, o Representante da Sociedade Civil, Sr. Fabio Jorge Benini  
528 Cabral, agradeceu os esclarecimentos e afirmou que seu questionamento estava sanado;  
529 com a palavra, a Presidente, Sra. Aparecida Regina Lopes Monteiro, agradeceu, pediu  
530 desculpas à Sra. Bia e franqueou-lhe a palavra; em seguida, com a palavra a Representante  
531 da Sociedade Civil, Sra. Beatriz Messeder Sanches Jalbut, esclareceu que compreendeu as  
532 ponderações apresentadas anteriormente, mencionando que o manual havia sido  
533 analisado de forma muito rápida na semana anterior e que seria interessante tê-lo  
534 avaliado na presente data, ponderando que concorda com a necessidade de maior  
535 antecedência, conforme destacado pelo Representante da Sociedade Civil, Sr. Fabio Jorge  
536 Benini Cabral, ressaltando que não se trata de condescendência, mas reconhecendo que  
537 houve uma virada de gestão que possivelmente impactou os prazos da licitação; em  
538 sequência, destacou a importância de que fique registrado em ata que, para os próximos  
539 anos, é necessário que a Comissão tenha ciência com maior antecedência, ponderando,  
540 por outro lado, que compreende a defesa dos profissionais que atuam com eventos,  
541 ressaltando que também possui experiência na área sob outra perspectiva; em seguida,  
542 avaliou que, havendo mudança de local por determinação da São Paulo Turismo e da

543 Polícia Militar, responsáveis pela execução do Carnaval e detentores da expertise  
544 necessária, com realocação para outro canteiro que não o original e sendo o espaço aberto  
545 ao público em geral, entende que a situação se mostra adequada, considerando que  
546 qualquer folião presente estará usufruindo do espaço; em sequência, ressaltou que aquele  
547 que assume a responsabilidade de participar tem ciência dos prazos disponíveis para  
548 execução, reafirmando que, embora compreenda e concorde com a necessidade de mais  
549 tempo para análise, isso não ocorreu no presente caso, estando o Proponente ciente de  
550 que, caso a Comissão solicite alterações, deverá se adequar, ainda que isso implique  
551 ajustes emergenciais, como retirada de bandeira e nova impressão conforme  
552 determinado, com instalação nos dias subsequentes; em seguida, ponderou que o fato de  
553 não haver tempo suficiente não pode ser justificativa para que a Comissão deixe de  
554 analisar o material, manifestando preocupação com esse entendimento; em sequência,  
555 estabeleceu paralelo com situação anterior em que houve incorporação de tecnologia  
556 nova em edificação, ressaltando que o risco assumido é de responsabilidade do  
557 Proponente, que sabia da necessidade de aprovação, afirmando que, ainda que a análise  
558 ocorra em prazo exíguo, o Proponente tem ciência do risco de aprovação ou não; em  
559 seguida, manifestou desconforto com o curto prazo para análise, por sempre considerar  
560 que algo pode deixar de ser observado, mas ressaltou que, dentro do escopo de análise da  
561 Comissão, o atendimento é possível; por fim, apresentou contraponto ao argumento de  
562 empatia excessiva, destacando a questão da oportunidade, afirmando que o Proponente  
563 teve ciência prévia do prazo reduzido e do risco envolvido, concluindo que, caso sejam  
564 exigidas alterações, estas deverão ser atendidas, sob pena de não instalação, uma vez que  
565 o que estiver em desacordo não poderá ser executado; em seguida, com a palavra a  
566 Presidente, Sra. Aparecida Regina Lopes Monteiro, complementou esclarecendo que todos  
567 os integrantes da equipe também não se sentem confortáveis em analisar matérias em  
568 prazo exíguo; contudo, ressaltou que, no maior esforço possível, a Comissão realiza a  
569 análise, considerando as dificuldades inerentes à captação de patrocinadores, situação  
570 conhecida pelos que atuam na área, mencionando que, diferentemente dos blocos de  
571 carnaval, que possuem regras previamente definidas e por isso não são trazidos à pauta,  
572 há casos em que patrocinadores são viabilizados praticamente às vésperas do evento,  
573 destacando que o patrocinador oficial é da cidade, mas que, entre os blocos grandes,  
574 médios e pequenos, muitos somente conseguem apoio em prazo reduzido; em sequência,  
575 observou que os blocos médios e pequenos, muitas vezes mais valorizados pelo público,  
576 enfrentam ainda mais dificuldades, afirmando tratar-se de situação complexa para todos,  
577 destacando sua longa experiência na Administração Pública e na CPPU, afirmando ter  
578 convicção de que não será possível analisar com grande antecedência, não por intenção do  
579 Poder Público, mas porque os processos se ajustam conforme as oportunidades; em  
580 seguida, reforçou, conforme já mencionado anteriormente, a necessidade de experiência e  
581 expertise para compreender as especificidades do Carnaval, apontando que se trata de um  
582 evento relativamente novo e que muitas situações não são previsíveis, como decisões da  
583 Polícia Militar quanto à fixação de estruturas, ressaltando que muitas vezes tais definições  
584 ocorrem apenas às vésperas do evento; em sequência, exemplificou com situações

585 inesperadas, como a utilização de drones para transporte de estandartes, ressaltando que,  
586 ainda que o produtor imagine a viabilidade, cabe à Comissão agir com agilidade para  
587 analisar e responder a essas novidades; em seguida, mencionou que o próprio  
588 representante da Secretaria de Governo reconheceu falhas e a necessidade de  
589 aprimoramento para o próximo ano, informando que a cartilha foi retirada de pauta para  
590 reformulação, com a previsão de elaboração de novo guia de ativações a partir da  
591 experiência acumulada; em sequência, afirmou que novas situações poderão surgir  
592 futuramente e que a Comissão deverá se debruçar sobre elas, buscando compreendê-las,  
593 citando inclusive exemplos inéditos de participação de instituições financeiras e  
594 questionamentos sobre eventuais formas de uso do espaço público, esclarecendo que tais  
595 ações fazem parte de contrapartidas para viabilização do Carnaval; em seguida, destacou a  
596 complexidade logística do evento, ressaltando o esforço das equipes de limpeza e  
597 operação urbana, que promovem a liberação das vias em curto espaço de tempo após os  
598 desfiles, enfatizando que esses custos são arcados pelo Poder Público e pelas  
599 Subprefeituras, e não pelos blocos individuais; por fim, ressaltou que o Carnaval vem  
600 sendo construído ao longo dos anos, com aprendizado contínuo tanto por parte da  
601 Prefeitura quanto dos organizadores, destacando que ainda há incertezas sobre o que  
602 pode ou não ser distribuído nos blocos, encerrando sua manifestação ao questionar se a  
603 representante Riccy se encontrava presente para contribuir sobre o tema; em seguida,  
604 com a palavra a Representante da Sociedade Civil, Sra. Riccy, pediu desculpas e esclareceu  
605 que acredita que o item permitido para distribuição seja a pochete, ponderando que  
606 não domina todas as regras em detalhe, dada a complexidade do tema, ressaltando que  
607 existe uma regra clara de não geração de lixo, razão pela qual não é permitido material  
608 descartável; em sequência, exemplificou que não é autorizada a distribuição de protetor  
609 solar em embalagens que possam ser abertas e descartadas no chão, questionando de  
610 forma ilustrativa como se daria essa distribuição, destacando que, diante disso, blocos e  
611 promotores precisam criar alternativas, como a disponibilização de recipientes adequados,  
612 bolsas de tecido ou soluções similares, desde que não sejam de plástico, ressaltando que o  
613 processo vem evoluindo; em seguida, enfatizou que o desconforto com a análise em prazo  
614 reduzido não é exclusivo de um único membro, mas compartilhado por todos,  
615 mencionando que a Sra. Sonia poderia relatar o horário em que encerrou suas atividades  
616 na noite anterior para viabilizar a inclusão do Mercado Pago na pauta, informando que o  
617 tema chegou à Comissão apenas na semana corrente; em sequência, franqueou  
618 novamente a palavra ao Representante da Sociedade Civil, Sr. Fabio Jorge Benini Cabral,  
619 esclarecendo que não visualizava outros pedidos de fala no momento e informando que,  
620 após sua manifestação, a palavra seria concedida à Sra. Thaline; em seguida, com a palavra  
621 o Representante da Sociedade Civil, Sr. Fabio Jorge Benini Cabral, manifestou concordância  
622 integral com as ponderações apresentadas pela Representante da Sociedade Civil, Sra.  
623 Beatriz Messeder Sanches Jalbut, ressaltando que a situação relatada não é inédita, uma  
624 vez que no ano anterior ocorreu problema semelhante, inclusive com o mesmo  
625 patrocinador, Mercado Pago, cuja aprovação também se deu em prazo muito próximo ao  
626 início do Carnaval, situação que já havia sido objeto de questionamento pela Comissão; em

627 sequência, destacou que a recorrência desse cenário é prejudicial para a Secretaria e para  
628 o órgão público, para o próprio Proponente, que acaba submetido a pressões de prazo, e  
629 para a cidade como um todo, mencionando inclusive reclamações recebidas no âmbito do  
630 CPM, no sentido de que os blocos enfrentaram dificuldades, bem como a insuficiência de  
631 reuniões promovidas pela São Paulo Turismo para atendimento das demandas; em  
632 seguida, apontou que recai sobre as Subprefeituras o ônus da organização e recuperação  
633 do espaço público após a passagem dos blocos, os quais geram impactos significativos,  
634 ponderando que, apesar do expressivo valor do contrato firmado, é necessário refletir  
635 sobre os custos adicionais arcados pela municipalidade com limpeza, restauração e  
636 adequações das áreas afetadas; em sequência, reconheceu a relevante ativação  
637 econômica proporcionada pelo Carnaval e seu impacto positivo na economia da cidade,  
638 conforme dados apresentados pela São Paulo Turismo, mas ressaltou a necessidade de  
639 também se avaliar os prejuízos e impactos negativos, especialmente em bairros com vias  
640 mais estreitas, áreas que sofrem maior carga e regiões utilizadas como corredores de  
641 fluxo, exigindo complexa engenharia de bloqueios e desvios; em seguida, enfatizou seu  
642 apreço pelo Carnaval enquanto manifestação cultural e artística genuinamente brasileira,  
643 mas defendeu a importância de se analisar de forma equilibrada os impactos territoriais e  
644 urbanos do evento; em sequência, propôs a realização de reuniões conjuntas entre os  
645 órgãos envolvidos, destacando que cada instância detém expertise específica e que a  
646 articulação prévia permitiria melhor planejamento, sugerindo que tais reuniões conjuntas,  
647 já existentes para outros eventos, fossem adotadas também para os eventos oficiais do  
648 Carnaval, com maior antecedência, possibilitando melhor preparação da CPPU e da SMUL  
649 e evitando esforços extremos da equipe técnica; por fim, registrou que, embora reconheça  
650 o empenho dos envolvidos, considerou fundamental firmar o posicionamento em reunião  
651 pública, como forma de expressar o sentimento da população, que aprecia o Carnaval, mas  
652 percebe seus impactos negativos em determinadas regiões, destacando ainda que muitos  
653 blocos também apresentam reclamações, concluindo pela necessidade de maior  
654 integração entre São Paulo Turismo, CPPU, SMUL e demais órgãos, de modo que  
655 orientações técnicas e requisitos de segurança sejam compartilhados previamente com os  
656 Proponentes, agradecendo ao final a oportunidade de manifestação; em seguida, em  
657 réplica, com a palavra a Presidente, Sra. Aparecida Regina Lopes Monteiro, esclareceu que  
658 as ações ocorrem de forma conjunta com a equipe técnica, informando que há  
659 acompanhamento permanente, inclusive quando não é possível a presença física,  
660 destacando que todos os órgãos atuam integrados, por meio de estrutura composta por  
661 mais de trinta pessoas, formalizada por portaria específica, ressaltando tratar-se de  
662 operação de alta complexidade logística, com sala de controle centralizada,  
663 monitoramento em tempo real e acompanhamento online contínuo; em sequência,  
664 esclareceu que, pelo entendimento do exposto, a principal dificuldade reside no fato de  
665 que os patrocinadores costumam se apresentar apenas na fase final do processo, situação  
666 já discutida com os produtores, que também são impactados, uma vez que os materiais  
667 chegam para análise em prazo exíguo e frequentemente com ideias inéditas; em seguida,  
668 exemplificou situações ocorridas no presente ano, como ativações específicas de marcas,

669 citando estruturas temáticas e pontos de concentração, ressaltando que tais elementos  
670 não passam diretamente pela CPPU, embora sejam acompanhados pela equipe técnica;  
671 em sequência, informou que há áreas de alimentação concentradas, com cadastramento e  
672 organização de caminhões, gás e energia, ponderando que, embora não se trate de  
673 organização ideal, há controle operacional, mencionando inclusive sua solicitação para  
674 elaboração de mapa indicativo com a localização dos elementos; em seguida, destacou  
675 que foi solicitado à equipe técnica o reforço das condicionantes relativas a todos os  
676 elementos que permanecem fixados no solo, aplicáveis a todos os casos, em razão da  
677 dinâmica do evento; em sequência, manifestou desconhecimento quanto à lógica de  
678 ingresso tardio dos patrocinadores, ponderando que, em tese, tais aportes deveriam  
679 constar de planejamento orçamentário prévio, questionando se as propostas surgem a  
680 partir de iniciativas das produtoras ou agências condicionadas à aprovação da CPPU; em  
681 seguida, citou como exemplo a criação recente de pontos de encontro sinalizados por  
682 elementos infláveis de grandes dimensões, vinculados a diferentes marcas, ressaltando  
683 que seria desejável que tais informações estivessem disponíveis com antecedência,  
684 inclusive em materiais informativos ou aplicativos oficiais, concluindo que, no entanto,  
685 esses pontos de encontro têm sido apresentados apenas no momento atual para análise;  
686 em seguida, com a palavra o Representante da Sociedade Civil, Sr. Fabio Jorge Benini  
687 Cabral, solicitou que, se possível, a Sra. Sonia apresentasse o slide correspondente,  
688 indicando a existência de uma peça gráfica identificada no processo como PIN,  
689 caracterizada como elemento de sinalização; em sequência, referindo-se à imagem exibida  
690 à direita do slide, questionou se o referido elemento estaria representado em escala em  
691 relação à fotografia apresentada, ponderando se já houve experiência de agências  
692 apresentarem materiais efetivamente em escala; em seguida, esclareceu que sua  
693 indagação decorre da importância de se compreender o impacto visual real das  
694 intervenções, ressaltando que a Comissão recorrentemente debate a questão da  
695 comunicação visual e que tal preocupação já havia sido mencionada anteriormente,  
696 observando que profissionais da publicidade nem sempre dominam a linguagem técnica  
697 utilizada por arquitetos; em sequência, destacou a relevância de que as peças estejam  
698 representadas em escala para adequada avaliação de impacto, afirmando que a  
699 visualização apresentada já representa um avanço, embora exista dúvida quanto à  
700 proporção real do elemento em relação às pessoas e ao entorno, considerando variações  
701 de altura, distância e perspectiva da imagem; em seguida, ponderou que, dependendo da  
702 escala real, o elemento pode aparentar dimensões distintas das percebidas na fotografia,  
703 ressaltando que tal questão pode gerar desconforto técnico, especialmente entre os  
704 arquitetos da Comissão, inclusive a própria Presidente, Sra. Aparecida Regina Lopes  
705 Monteiro; por fim, destacou a dificuldade de avaliação precisa sem referência de escala  
706 adequada, ressaltando que, em alguns casos, torna-se necessário o reconhecimento in  
707 loco para melhor compreensão do impacto visual das intervenções; em seguida, em  
708 réplica, com a palavra a Presidente, Sra. Aparecida Regina Lopes Monteiro, afirmou  
709 concordar integralmente com a observação apresentada, destacando que pretende, no  
710 próximo ano, acompanhar os Conselheiros presencialmente nos blocos, a fim de vivenciar

711 diretamente a logística do evento, ressaltando que a dinâmica do Carnaval envolve  
712 operação complexa que se dissipa rapidamente aos olhos de quem não está inserido no  
713 contexto, pontuando que existem pontos estratégicos previamente definidos para  
714 cobertura midiática, o que, entretanto, não interfere na análise da Comissão; em  
715 sequência, esclareceu que, do ponto de vista do impacto urbano, os blocos em si  
716 apresentam impacto reduzido quando observados de dentro do evento, sendo que a  
717 maior preocupação da Comissão deve recair sobre a logística e, principalmente, sobre as  
718 questões de segurança relacionadas à instalação dos elementos na paisagem urbana,  
719 ressaltando que, após a aprovação de determinados elementos, o impacto visual tende a  
720 ser mínimo ou até satisfatório; em seguida, interrompeu-se para registrar pedido de  
721 desculpas, informando que a Sra. Thaline encontrava-se com a solicitação de palavra ativa;  
722 em sequência, com a palavra o Representante da Sociedade Civil, Sr. Fabio Jorge Benini  
723 Cabral, solicitou brevemente a palavra para agradecer pela decisão de postergar a análise  
724 do manual, ressaltando que se trata de material denso e de difícil avaliação em prazo  
725 exíguo, manifestando concordância com a decisão adotada pela Presidência e pela  
726 Secretaria, encerrando sua manifestação e pedindo desculpas à Sra. Thaline pelo atraso no  
727 encaminhamento da palavra; em seguida, com a palavra a Representante da Sociedade  
728 Civil, CPM III, Titular, Sra. Thaline Nunes Rocha, cumprimentou os presentes e agradeceu,  
729 registrando que todas as colocações realizadas foram relevantes, especialmente no  
730 sentido de ampliar a discussão sobre paisagem urbana para além das aplicações de  
731 logotipos e marcas, ressaltando seu interesse em aprofundar o debate sobre a presença de  
732 tapumes metálicos e a intervenção destes na paisagem, ainda que reconheça que tal  
733 matéria possa extrapolar a competência da Comissão; em sequência, sugeriu que fossem  
734 retomados os pontos de pauta e explicitados de forma objetiva os itens que efetivamente  
735 demandam deliberação, afirmando que, diante da extensão do debate, ficou  
736 momentaneamente confusa quanto ao escopo da decisão; em seguida, reiterou que,  
737 embora o espaço não esteja formalmente privatizado, o uso da ativação encontra-se  
738 condicionado à condição de usuário da marca Mercado Pago, conforme descrito na  
739 apresentação, destacando que tal aspecto lhe parece relevante, uma vez que, ainda que o  
740 espaço permaneça público, o acesso à ativação é restrito, ponderando não saber se tal  
741 questão se insere nas atribuições da Comissão, mas considerando importante o registro;  
742 em sequência, destacou a necessidade de esclarecimento quanto aos encaminhamentos,  
743 mencionando que também foi incluída a questão do mascote, defendendo que os pontos  
744 sejam novamente elencados para possibilitar análise e deliberação com maior  
745 assertividade; por fim, encerrou sua manifestação nesses termos; em seguida, com a  
746 palavra a Presidente, Sra. Aparecida Regina Lopes Monteiro, agradeceu a manifestação da  
747 Representante da Sociedade Civil, Sra. Thaline Nunes Rocha, e esclareceu que a questão da  
748 segurança vem sendo construída progressivamente ao longo do tempo, à medida que  
749 novas situações surgem e os locais passam a ser definidos de forma mais efetiva,  
750 ressaltando que, ao longo do ano, novos elementos vão sendo incorporados, nem sempre  
751 de forma oportuna ou ideal para análise, mas que, até o momento, não houve prejuízo  
752 relevante, eventualmente apenas alguma preocupação pontual com segurança; em

753 sequência, propôs o encaminhamento objetivo da pauta, indicando os elementos objeto  
754 de deliberação, quais sejam o Mascote, a vending machine, a ativação de beleza e o PIN,  
755 informando que a Sra. Sonia já se encontrava com o material em tela, ainda que em  
756 dimensões reduzidas, lembrando que o Mascote permanecerá interagindo com o  
757 público, com utilização de QR Code; em seguida, recapitularam-se os demais elementos,  
758 consistentes na vending machine, no espaço de beleza e no PIN como ponto de encontro,  
759 esclarecendo que tais itens compõem o objeto da votação; em sequência, a Presidente  
760 questionou se algum Conselheiro desejava destacar elemento específico ou se seria  
761 possível proceder à aprovação em bloco, conforme sugestão da Relatora, com aprovação  
762 de todos os elementos acompanhada dos condicionantes; em seguida, manifestou-se a  
763 Conselheira, SMJ, Titular, Sra. Eunice Aparecida de Jesus Prudente, declarando  
764 concordância com a aprovação em bloco, considerando que as explicações já haviam sido  
765 amplamente apresentadas; em sequência, a Presidente agradeceu a manifestação; em  
766 seguida, com a palavra o Representante da Sociedade Civil, Sr. Fabio Jorge Benini Cabral,  
767 sugeriu ajuste na redação de condicionante, propondo que constasse orientação da SVMA  
768 em vez de Subprefeitura, questionando a classificação como zeladoria; em sequência, a  
769 Presidente esclareceu que a referência correta é à Subprefeitura, uma vez que se trata de  
770 área de praça, cuja manutenção é de responsabilidade da Subprefeitura e não da  
771 Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, destacando que não se trata de área de parque,  
772 mas de logradouro público, razão pela qual o acompanhamento permanece atribuído à  
773 Subprefeitura; em seguida, com a palavra a Representante da Secretaria do Verde e do  
774 Meio Ambiente, Suplente, Sra. Teresa Maria Emidio, esclareceu que a atribuição da  
775 Secretaria do Verde se limita ao perímetro interno dos parques, sendo que, a partir de  
776 seus limites, incluindo vias, logradouros e praças, a responsabilidade pela manutenção é  
777 da Subprefeitura; em sequência, a Presidente, Sra. Aparecida Regina Lopes Monteiro,  
778 agradeceu a manifestação, ressaltando que tal entendimento decorre da legislação  
779 vigente, em especial do Plano Diretor, não havendo controvérsia quanto às atribuições;  
780 em seguida, a Presidente ponderou que determinados elementos, como as placas  
781 metálicas, embora possam causar estranhamento, são compreendidos prioritariamente  
782 como medidas de segurança, exigidas pela Polícia Militar e pela Guarda Civil  
783 Metropolitana, destacando ainda que sua permanência ocorre por período reduzido,  
784 estimado em cerca de cinco horas, correspondentes à passagem do bloco; em sequência,  
785 reforçou que, após esse período, todos os elementos são removidos, com exceção  
786 daqueles que são desligados; em réplica, a Sra. Teresa Maria Emidio solicitou  
787 esclarecimentos quanto à consulta prévia à Secretaria do Verde sobre a instalação de  
788 placas nos limites do parque; em seguida, a Presidente informou não ter certeza quanto à  
789 consulta formal, esclarecendo que a exigência partiu da Polícia Militar há cerca de um mês,  
790 com o objetivo de impedir o acesso de foliões ao lago e evitar situações de risco; em  
791 sequência, a Sra. Teresa Maria Emidio ponderou que, embora compreenda o contexto  
792 emergencial, consideraria relevante o registro da consulta, uma vez que o gradil pertence  
793 ao parque, manifestando preocupação quanto à forma de execução da medida; em  
794 seguida, com a palavra a Presidente, Sra. Aparecida Regina Lopes Monteiro, esclareceu

795 que não caberia naquele momento a inclusão de novo condicionante, considerando o  
796 estágio do processo, mas ponderou que, doravante, a Secretaria do Verde e do Meio  
797 Ambiente poderá se manifestar quanto à orientação sobre a forma de instalação,  
798 ressaltando que, até então, não houve interferência direta da Secretaria, inclusive por não  
799 ter identificado a presença de representantes da SVMA na reunião realizada no local; em  
800 sequência, a Representante da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, Suplente, Sra.  
801 Teresa Maria Emidio, manifestou preocupação especificamente quanto à forma de fixação  
802 do gradil, ponderando que a instalação poderia eventualmente ocorrer sem fixação direta,  
803 por meio de painéis acompanhando o alinhamento, ressaltando a ausência de informações  
804 técnicas sobre o método adotado; em seguida, questionou se a exigência da Polícia Militar  
805 relativa ao gradil havia sido formulada apenas no presente ano; em réplica, a Presidente  
806 esclareceu que tal exigência ocorreu somente neste ano, mencionando que houve  
807 aumento da presença de técnicos de segurança da Polícia Militar em relação ao ano  
808 anterior, sugerindo que algum fato novo motivou a medida, ressaltando que a própria  
809 Comissão não tinha previsão dessa necessidade, lembrando inclusive que a aprovação de  
810 determinados elementos ocorreu em caráter emergencial, em função de mudanças de  
811 última hora relativas à concentração e à dispersão dos blocos; em sequência, a Presidente  
812 destacou a complexidade e a volatilidade das informações envolvidas, ressaltando que a  
813 CPPU acaba sendo uma das últimas instâncias a tomar conhecimento das alterações,  
814 sobretudo porque a Polícia Militar e as Subprefeituras atuam como governo local e lidam  
815 diretamente com as ocorrências; por fim, a Presidente informou que adotaria providências  
816 no sentido de solicitar os esclarecimentos necessários quanto à questão levantada; em  
817 seguida, com a palavra a Representante da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente,  
818 Suplente, Sra. Teresa Maria Emidio, sugeriu a possibilidade de inclusão de condicionante  
819 no sentido de que o gradil do parque não seja afetado pela instalação das placas metálicas,  
820 esclarecendo que, pelo seu entendimento, tais placas seriam posicionadas junto ao gradil  
821 do parque; em sequência, manifestou-se a Representante da Sociedade Civil, Sra. Beatriz  
822 Messeder Sanches Jalbut, esclarecendo que os tapumes metálicos mencionados são  
823 semelhantes aos utilizados no Vale do Anhangabaú em eventos, como shows,  
824 exemplificando o caso do Viaduto do Chá, informando que tais estruturas seriam  
825 instaladas na calçada, alinhadas ao gradil do parque, e não fixadas a ele; em seguida,  
826 reforçou que as placas permanecem alinhadas ao gradil, mas posicionadas na calçada; em  
827 sequência, a Sra. Teresa Maria Emidio confirmou o entendimento, ponderando sobre a  
828 diferença entre o contexto do Vale do Anhangabaú e a situação específica do parque, e,  
829 considerando o avançado do horário, reiterou a sugestão de inclusão de condicionante  
830 simples, com o objetivo de garantir que as placas metálicas não afetem, danifiquem ou  
831 interfiram no gradil do parque; em seguida, com a palavra a Presidente, Sra. Aparecida  
832 Regina Lopes Monteiro, esclareceu que a questão das placas metálicas não constitui  
833 objeto do pedido formulado pelo interessado, uma vez que o Proponente não realizará  
834 qualquer intervenção relacionada a tais elementos, informando que a Comissão adotará a  
835 providência de expedir ofício específico, a ser posteriormente trazido à pauta, solicitando  
836 os devidos esclarecimentos, ressaltando que eventual condicionante não se dirige ao

837 interessado, mas será tratado diretamente entre a CPPU e a Secretaria do Verde e do Meio  
838 Ambiente, solicitando apenas que o tema permaneça registrado para acompanhamento  
839 futuro; em sequência, questionou se havia novas manifestações; com a palavra, o  
840 Representante da Sociedade Civil, Sr. Fabio Jorge Benini Cabral, agradeceu os  
841 esclarecimentos prestados pela Representante da Secretaria do Verde e do Meio  
842 Ambiente, ressaltando que, embora haja conhecimento geral sobre as jurisdições, muitas  
843 vezes não é possível identificar com precisão, nos mapas apresentados, os limites entre  
844 parque, praça e logradouro, o que gera preocupação, destacando a importância de  
845 acompanhamento quanto à forma de instalação das placas, uma vez que as Subprefeituras  
846 atuam majoritariamente na zeladoria e não no planejamento das áreas verdes; em  
847 sequência, reiterou que a sugestão de comunicação à Secretaria do Verde não se configura  
848 como condicionante ao interessado, mas como medida de cautela para esclarecimento  
849 sobre a forma de afixação das placas, mencionando que, diferentemente do Anhangabaú,  
850 onde se trata de área seca, no entorno do parque há especificidades que demandam maior  
851 atenção; em seguida, a Representante da Sociedade Civil, Sra. Beatriz Messeder Sanches  
852 Jalbut, esclareceu que o exemplo citado referia-se ao Viaduto do Chá, onde os tapumes  
853 são utilizados como medida de segurança para evitar quedas, ressaltando que o princípio  
854 aplicado é o mesmo, qual seja, impedir o acesso das pessoas a áreas de risco, não se  
855 tratando de restrição para visualização de eventos; em sequência, o Conselheiro Sr.  
856 Ernesto informou que, em evento ocorrido naquela mesma semana no Viaduto do Chá, os  
857 tapumes foram instalados de forma paralela ao gradil, sem qualquer tipo de fixação direta;  
858 em seguida, o Representante da Sociedade Civil, Sr. Fabio Jorge Benini Cabral,  
859 complementou relatando que, em debates anteriores no âmbito do CPNCE sobre o  
860 fechamento do Anhangabaú e dos viadutos, foram solicitadas informações sobre registros  
861 de ocorrências, como quedas ou suicídios, sendo constatada baixa incidência histórica,  
862 ponderando que, embora haja reclamações da população quanto ao uso dos tapumes,  
863 compreende que também se trata de medida de segurança, ressaltando que sua  
864 observação não se relaciona diretamente ao objeto da reunião, mas considerou pertinente  
865 o registro; em seguida, com a palavra a Presidente, Sra. Aparecida Regina Lopes Monteiro,  
866 informou que, considerando a existência de participantes vinculados a outra reunião e a  
867 necessidade de encaminhamento, seria dada sequência aos trabalhos, solicitando a  
868 inclusão em votação, em bloco, de todos os elementos apresentados, acompanhados de  
869 todos os condicionantes discutidos; em sequência, solicitou que a Sra. Thaline procedesse  
870 à abertura do sistema de votação, colocando em apreciação a aprovação conjunta dos  
871 elementos, requerendo o início imediato do processo de votação; em seguida, com a  
872 palavra a Secretária Executiva, Sra. Talita, esclareceu que havia apenas a ressalva referente  
873 à apresentação de relatório fotográfico, informando que a questão já estava contemplada,  
874 declarando-se de acordo com o encaminhamento; em sequência, colocou em deliberação  
875 o Processo nº 606820250001310-8, procedendo à colheita dos votos, manifestando-se  
876 favoravelmente o Representante da SMUL, Suplente, Sr. Everton; em seguida, a  
877 Representante da SMUL 2, Titular, Sra. Beatriz, votou favoravelmente; em sequência, o  
878 Representante da SGM, Titular, Sr. Ernesto, manifestou voto favorável; em seguida, a

879 Representante da SMSUB, Suplente, Sra. Aline, manifestou-se favoravelmente; em  
880 sequência, a Representante da SMC, Suplente, Sra. Alice, votou favoravelmente; em  
881 seguida, a Representante da SVMA, Suplente, Sra. Teresa Maria Emidio, após  
882 esclarecimento quanto à sua representação, manifestou voto favorável; em sequência, a  
883 Representante da SP Urbanismo, Titular, Sra. Angela, votou favoravelmente; em seguida, a  
884 Representante do IAB, Titular, Sra. Claudia, declarou abstenção; em sequência, o  
885 Representante do COM 1, Titular, Sr. Durval, declarou abstenção, justificando seu voto em  
886 razão da indefinição do espaço destinado à vending machine e ao salão de beleza, bem  
887 como do potencial uso prejudicial do espaço público e possível caracterização de  
888 privatização; em seguida, o Representante do CPM 2, Titular, Sr. Fabio Jorge Benini Cabral,  
889 manifestou voto contrário; em sequência, a Representante do CPM 3, Titular, Sra. Thaline  
890 Nunes Rocha, declarou abstenção, justificando-se pela falta de informações e de clareza  
891 quanto às aplicações apresentadas; em seguida, a Secretária Executiva, Sra. Talita,  
892 informou que o processo foi aprovado por maioria de votos; em sequência, com a palavra  
893 a Presidente, Sra. Aparecida Regina Lopes Monteiro, agradeceu a todos pela paciência e  
894 pelas contribuições, destacando a importância de orientar produtores e agências quanto à  
895 necessidade de melhor detalhamento das implantações, com maior clareza sobre  
896 localização, forma de instalação e ampliação do material gráfico apresentado; em seguida,  
897 com a palavra a Representante da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, Suplente, Sra.  
898 Teresa Maria Emidio, registrou que a discussão realizada foi muito útil, destacando a  
899 importância de que, para o próximo ano, as normativas sejam continuamente  
900 aperfeiçoadas, considerando que a cada edição surgem situações novas e inesperadas que  
901 não são possíveis de prever antecipadamente; em sequência, ressaltou que o debate  
902 acerca do gradil foi especialmente relevante, por se tratar de questão que não havia sido  
903 previamente considerada e que decorre de exigências formuladas por determinados  
904 órgãos, impactando atribuições de outros, concluindo pela necessidade de maior  
905 articulação e compatibilização entre os órgãos envolvidos; em seguida, com a palavra a  
906 Presidente, Sra. Aparecida Regina Lopes Monteiro, agradeceu a manifestação e concordou  
907 quanto à importância do debate, afirmando que o aperfeiçoamento contínuo das  
908 normativas é fundamental, especialmente diante do surgimento recorrente de situações  
909 novas e inesperadas a cada edição do evento, ressaltando a relevância da articulação entre  
910 os órgãos envolvidos; em sequência, informou o encerramento da discussão do primeiro  
911 item e anunciou o prosseguimento dos trabalhos com a segunda pauta do dia, solicitando  
912 à Sra. Sonia que desse início à apresentação do segundo processo; em seguida, dirigiu-se  
913 aos representantes Paulo e Larissa, questionando se ainda se encontravam presentes,  
914 comentando que o debate anterior evidenciou a necessidade de apresentação de material  
915 mais explicativo e detalhado para melhor compreensão por parte da Comissão; em  
916 sequência, esclareceu que o item foi incluído como extra pauta, nos termos do Regimento  
917 Interno, destacando que a Presidência detém competência para tal inclusão quando  
918 entende que o tema é relevante ou oportuno para a cidade, ressaltando que a proposta foi  
919 submetida à apreciação justamente para avaliação dos Conselheiros; por fim, franqueou a  
920 palavra à Sra. Sonia para dar início à apresentação do segundo processo. **04)**

921 6068.2025/0001703-0: MUSEU DE ARTE DE SÃO PAULO ASSIS CHATEAUBRIAND – MASP;  
922 LOCAL: AV. PAULISTA; INSTALAÇÃO DE BANNERS VERTICAIS NA EXTENSÃO DA AV.  
923 PAULISTA EM POSTES DE ILUMINAÇÃO. Após a relatoria e apresentação do interessado,  
924 seguida de debates, deliberou pelo deferimento, por unanimidade de votos, da proposta  
925 apresentada em plenário; em seguida, com a palavra a técnica, Sra. Sonia, apresentou o  
926 Processo nº 6068202500017030, tendo como interessado o Museu de Arte de São Paulo  
927 Assis Chateaubriand – MASP, localizado na Avenida Paulista, cujo objeto trata da  
928 instalação de banners verticais ao longo da extensão da Avenida Paulista, no período de  
929 vinte e cinco de março de dois mil e vinte e cinco a primeiro de abril de dois mil e vinte e  
930 cinco; em sequência, informou que a competência legal da CPPU encontra respaldo na Lei  
931 Municipal nº 14.223, de dois mil e seis, na Lei Municipal nº 16.050, de dois mil e quatorze,  
932 e no Decreto Municipal nº 56.268, de dois mil e quinze, cabendo à Comissão apreciar,  
933 emitir parecer e deliberar sobre casos de aplicação da legislação específica relativa a  
934 anúncios, mobiliário urbano, infraestrutura, inserção sem remoção de elementos na  
935 paisagem urbana, bem como dirimir dúvidas de interpretação normativa ou casos omissos;  
936 em seguida, detalhou que o pedido do MASP consiste na instalação de pares de banners  
937 verticais como comunicação visual, sendo um par de banners com dimensões de três  
938 metros e cinquenta centímetros por um metro e vinte e cinco centímetros cada,  
939 totalizando dois metros e cinquenta centímetros quando considerados em conjunto; em  
940 sequência, esclareceu que a aplicação da marca MASP corresponde a dez por cento da  
941 área, enquanto a mensagem “venha conhecer o MASP e o novo MASP” ocupa doze vírgula  
942 cinco por cento, sendo a ação composta por painéis de dupla face, com dimensão de três  
943 metros e cinquenta centímetros por um metro e vinte e cinco centímetros, instalados a  
944 quatro metros de altura, com dois painéis distintos; em seguida, informou que a fixação se  
945 dará por meio de abraçadeiras e tubos que compõem estrutura metálica presa aos postes,  
946 tratando-se de ação temporária ao longo da Avenida Paulista, no trecho compreendido  
947 entre a Praça do Ciclista e a Japan House; em sequência, descreveu que as imagens  
948 exibidas apresentam, à esquerda, representações dos dois edifícios com o nome do MASP  
949 e, à direita, a frase “venha conhecer o novo MASP”, tendo como finalidade a divulgação da  
950 abertura do novo prédio de ampliação do museu; em seguida, esclareceu que a exibição é  
951 contínua e deve atender à Resolução SMUL/CEOC/PPU nº 02/2015, ressaltando que,  
952 diante do caráter omissivo da legislação para o caso concreto, propõe-se o encaminhamento  
953 do processo para análise e deliberação da CPTU; em sequência, mencionou que, no estudo  
954 de caso, foi considerado o Plano Plurianual dois mil e vinte e dois a dois mil e vinte e cinco  
955 do Município de São Paulo, destacando a Meta três mil e um, que reconhece a cultura  
956 como dimensão fundamental da experiência humana, promotora de bem-estar,  
957 identidade e capital intangível da metrópole; em seguida, comparou o elemento proposto  
958 a outros similares utilizados historicamente, citando estruturas com três metros e  
959 cinquenta centímetros por dois metros e cinquenta centímetros, e passou a expor o  
960 dispositivo legal aplicável, com fundamento no artigo dezenove da Lei nº 14.223, de dois  
961 mil e seis, que classifica anúncios especiais de finalidade cultural quando integrantes de  
962 programas culturais, planos de embelezamento da cidade ou alusivos a datas de valor

963 histórico, limitando sua veiculação a trinta dias e condicionando o espaço destinado a  
964 patrocinadores à definição pelos órgãos competentes; em sequência, citou a Resolução  
965 SMUL/CPPU nº 02/2015, especialmente o item quatro ponto três, que permite a instalação  
966 de totens e banners nos locais de realização de eventos, desde que respeitada distância  
967 mínima de cem metros entre si, altura máxima de três metros e limite de área de zero  
968 vírgula vinte e cinco metros quadrados para nomes e logotipos de organizadores,  
969 patrocinadores e apoiadores; em seguida, apresentou a sugestão de encaminhamento,  
970 considerando a legislação municipal vigente, o artigo dezenove da Lei nº 14.223, de dois  
971 mil e seis, a Resolução SMUL/CPPU nº 02/2015, o caráter cultural, educativo e  
972 comemorativo da proposta, a adoção de padrões similares aos de edições anteriores, bem  
973 como precedentes da Comissão em reuniões extraordinárias que deliberaram sobre  
974 exposições em logradouro público; em sequência, ressaltou que se trata de pedido de  
975 grande extensão territorial, abrangendo aproximadamente três quilômetros da Avenida  
976 Paulista, com instalação condicionada a altura superior a quatro metros, razão pela qual  
977 sugeriu o encaminhamento do processo para análise e deliberação da plenária da CPTU;  
978 por fim, a Presidente, Sra. Aparecida Regina Lopes Monteiro, agradeceu a apresentação; o  
979 Sr. Paulo Vicelli, com a palavra, iniciou agradecendo à presidência e a todos os membros  
980 da comissão, e à relatora pela oportunidade de incluir a pauta naquele momento;  
981 destacou a importância histórica para o MASP e para a cidade de São Paulo, em virtude da  
982 chegada de um novo edifício ao museu, comparando ao marco de 1978, quando o MASP  
983 mudou da Rua 7 de Abril para o icônico prédio projetado por Lina Bo Bardi na Avenida  
984 Paulista; em seguida, informou que o novo edifício Pietro Maria Bardi, localizado ao lado  
985 do prédio original, interligará os dois prédios formando um único museu; ressaltou a  
986 complexidade da obra, que inclui um túnel subterrâneo, e mencionou o apoio significativo  
987 dos órgãos da prefeitura e do turismo da cidade em reconhecimento à relevância do  
988 momento para a arte e cultura do país; comentou que o novo edifício será aberto ao  
989 público a partir do dia 25 de março, com exposições disponíveis a partir do dia 28 do  
990 mesmo mês; 02) para celebrar esse momento, a comissão foi convidada a aprovar a  
991 proposta de celebração na Avenida Paulista, para que a população possa conhecer o novo  
992 MASP; ressaltou que a ação será realizada sem patrocínio externo privado, utilizando  
993 recursos próprios para oferecer serviços, exposições, oficinas e atividades culturais; por  
994 fim, solicitou que a Sra. Priscila conduzisse a apresentação da proposta para melhor  
995 compreensão dos senhores; com a palavra, Sra. Priscila coelho pereira, que saudou a todos  
996 e agradeceu a oportunidade; em seguida, questionou se os presentes estavam  
997 visualizando sua tela, informando que a apresentação ainda não estava no formato  
998 correto, mas logo estaria; confirmou que o formato de apresentação foi ajustado;  
999 prosseguiu falando rapidamente para reforçar o que o Sr. Paulo já havia trazido,  
1000 ressaltando que aquele momento era especial para a cidade com a inauguração do novo  
1001 edifício e a restauração do edifício histórico, que seria entregue nesta etapa; ressaltou que  
1002 a paisagem urbana da cidade, considerada cartão postal do país, sofreria uma mudança  
1003 expressiva que merecia ser comunicada não apenas no meio digital, mas também  
1004 presencialmente, especialmente na avenida paulista, para que as pessoas que passam por

1005 ali tomassem conhecimento do museu e do novo prédio; destacou que com a concessão  
1006 do vão livre seriam oferecidas atividades gratuitas a partir de março e abril, e que o acesso  
1007 ao novo edifício seria livre para a população, sem cobrança de ingresso; afirmou que  
1008 aquele momento era tão único para a cidade quanto a inauguração do prédio da linha bo  
1009 bardi, destacando o valor arquitetônico e a importância da paisagem urbana, que deveria  
1010 ser reconhecida pela população; explicou que a comunicação proposta traria essa  
1011 transformação de forma gráfica; enfatizou o desejo de que a população se apropriasse  
1012 ainda mais do equipamento cultural e arquitetônico, reconhecendo a transformação na  
1013 cidade, ressaltando que todos os projetos tinham aprovação dos órgãos de patrimônio  
1014 histórico, tanto do prédio Pietro quanto do Lina, ambos tombados; relatou que o projeto  
1015 de comunicação partiu de uma proposta antiga, da década de 80, quando o MASP já  
1016 utilizava os postes da avenida; frisou que agora, de forma excepcional e temporária, seria  
1017 possível comunicar isso às pessoas; destacou a importância de tornar o museu mais  
1018 acessível, pois ainda não era visto como um ambiente popular, e que a comunicação seria  
1019 um convite à população; explicou que os banners verticais estariam nos postes da avenida  
1020 paulista na semana do dia 23 de março até o dia 1º de abril; apresentou o mockup da  
1021 aplicação, com a estrutura já apresentada, incluindo o novo elemento gráfico e o ícone  
1022 abstrato identificando os dois prédios, cuja identidade refletia a arquitetura modernista e  
1023 brutalista do museu; informou que o texto foi reduzido ao máximo para que a  
1024 comunicação fosse objetiva e adequada às necessidades de aprovação; mostrou outro  
1025 exemplo da aplicação, destacando as dimensões das peças, com 4 metros de altura do  
1026 chão até o início da peça, seguindo padrões já aprovados e utilizados em outras  
1027 oportunidades; detalhou as medidas, com altura de 3,5 metros e largura total de 2,5  
1028 metros; mencionou a porcentagem de texto nas peças e explicou que as abraçadeiras para  
1029 fixação seriam feitas sob medida para evitar danos à estrutura dos postes, funcionando  
1030 como garras; afirmou que a estrutura seria leve, feita com chapa de ps, resistente às  
1031 intempéries e ao vento, adequada para a altura da aplicação; ressaltou o interesse em que  
1032 os presentes avaliassem a possibilidade de implantação, considerando a relevância para a  
1033 cidade e o desejo do museu de se conectar cada vez mais com a população; finalizou  
1034 oferecendo visitas guiadas gratuitas para escolas públicas durante o mês de abril, com  
1035 benefícios para alunos e professores por meio do programa Amigo MASP, que garante  
1036 entrada gratuita e preferencial nas exposições; mencionou que o Sr. Paulo poderia  
1037 complementar com outros benefícios, como entrada gratuita em outras instituições  
1038 culturais; por fim, agradeceu a oportunidade e manifestou interesse em ouvir as  
1039 considerações dos presentes; com a palavra, o Sr. Durval, representante titular do  
1040 Conselho Participativo Municipal – CPM, que indagou se são todos os postes da Avenida  
1041 Paulista, os postes centrais ou se são alternados, ressaltando a limitação de 100 metros de  
1042 distância entre um e outro; em seguida, observou que, em sua lembrança, geralmente os  
1043 postes são alternados e questionou quem poderia explicar a situação; logo após, o Sr.  
1044 Paulo, esclareceu que alguns postes possuem câmeras instaladas e que, nesses postes, a  
1045 orientação é para não instalar nada; citou como exemplo que todos os postes em frente ao  
1046 Mato têm câmeras, portanto, provavelmente em frente ao MASP não haverá instalações;

1047 frizou que não há uma constância definida e que é necessário um levantamento para saber  
1048 exatamente quantos postes possuem câmeras e quantos não, assim como a extensão total  
1049 desde a Praça do Ciclista até a Japan House; por fim, afirmou que ainda não possuem essa  
1050 quantidade definida e que necessita de orientação para saber a quem recorrer na  
1051 Prefeitura para solicitar esses dados; com a palavra a Sra. Regina, que iniciou afirmando  
1052 que o procedimento é o seguinte: eles pediram primeiro para a comissão, porque se esta  
1053 não aprovasse, não haveria nenhuma outra ação, nem qualquer outro passo, pois sem  
1054 aprovação não seria colocado em prática; em seguida, declarou que posteriormente  
1055 conversaria com o interessado; informou que o subprefeito Coronel Camilo, irá orientar  
1056 com todas as devidas aprovações para os presentes, e mencionou que o Sr. Paulo não  
1057 havia se apresentado até então, assim como ela própria também não se apresentou; em  
1058 seguida, passou a palavra para Paulo Vicelli, que se apresentou como diretor de  
1059 experiência e comunicação, explicando que cuida de toda a experiência do visitante, dos  
1060 doadores pessoa física e da comunicação do museu; agradeceu a oportunidade; com a  
1061 palavra, a Sra. Priscila Coelho Pereira, que se apresentou como coordenadora de  
1062 comunicação do MASP; a Sra. Regina agradeceu, e em seguida indagou se havia mais  
1063 alguém com interesse em se manifestar, observando que viu alguém levantando a mão ou  
1064 não; solicitou confirmação; ao tempo em que agradeceu a apresentação, o Sr. Fabio Jorge  
1065 Benini Cabral, representante titular do Movimento Defenda São Paulo – MDSP,  
1066 manifestou-se parabenizando o trabalho realizado, ressaltando que o restauro do prédio é  
1067 permanente; em seguida, destacou a intervenção que liga os dois edifícios, permitindo a  
1068 expansão da experiência cultural e artística, não apenas como já conhecido, mas com nova  
1069 oportunidade de conhecer espaço dedicado à cultura e à arte; ressaltou que essa prática  
1070 de conexão entre prédios antigos e novos, leste e oeste, é comum em outros países,  
1071 citando como exemplos o Louvre, o National Gallery em Washington e o Guggenheim;  
1072 reafirmou a satisfação por São Paulo seguir esse caminho e ampliar seus espaços culturais;  
1073 em sequência, apresentou sugestão quanto à iluminação da Avenida Paulista, observando  
1074 que a iluminação em LED é muito forte e alta, citando como exemplo o réveillon, quando a  
1075 luz prejudicava a visibilidade dos fogos de artifício; sugeriu a possibilidade de avaliar a  
1076 iluminação noturna para garantir boa visibilidade aos painéis da intervenção cultural,  
1077 destacando que a tridimensionalidade pode atrapalhar, mas que é importante verificar o  
1078 impacto; salientou que todo o cabeamento da Paulista é subterrâneo, o que diferencia a  
1079 área; por fim, solicitou a inclusão dos conselhos participativos municipais no acesso à  
1080 intervenção, destacando que são 608 conselheiros em 32 subprefeituras, e sugeriu a  
1081 realização de dias específicos para que esses conselheiros possam absorver o conteúdo  
1082 qualificado da intervenção cultural, reforçando que o pedido é feito em nome dos  
1083 conselheiros; agradeceu; com a palavra, a Sra. Regina, que afirmou que para ilustrar o que  
1084 o Sr. Fabio mencionou, todas as exposições feitas no poste da Paulista contam com  
1085 iluminação específica realizada pela empresa Ilume, que dá uma iluminação própria para  
1086 cada peça; ressaltou que, devido ao tempo, não sabe se conseguirá o apoio da Ilume para  
1087 as peças em questão; acrescentou que, se já tiverem visto os exemplos no grupo de  
1088 trabalho (GT), o resultado fica bastante interessante; indagou se há mais alguma

1089 manifestação; em seguida, a Sra. Beatriz pediu a palavra e esclareceu que gostaria apenas  
1090 de entender se as peças permanecerão instaladas por 10 dias e se esse período  
1091 corresponde apenas à abertura, ou seja, que após esse prazo as peças serão retiradas,  
1092 servindo somente para fixar a nova identidade visual dos dois prédios; a Sra. Regina em  
1093 réplica confirmou que sim, e o Sr. Paulo complementou que o prazo de 8 dias é justamente  
1094 para marcar o momento da inauguração do novo prédio, sendo portanto pontual e  
1095 temporário; observou que a relatora Sra. Sônia fundamentou seu parecer exatamente no  
1096 evento de 8 dias; solicitou então que, para atender a resolução 20, fosse encaminhada a  
1097 sugestão de encaminhamento no processo; destacou que sua voz estava se esgotando e  
1098 pediu que prosseguissem; por fim, propôs que, em vez de aguardar o momento para  
1099 análise da deliberação, fosse usado o termo deferimento para o ato final, com a palavra  
1100 para os presentes em sequência; com a palavra, a Sra. Talita, secretária executiva, solicitou  
1101 a palavra ao presidente e manifestou que não havia compreendido inicialmente o que  
1102 estava sendo esperado; em seguida, mencionou o processo em deliberação, número  
1103 6068.2025/0001703-0; a representante da Secretaria Municipal de Urbanismo e  
1104 Licenciamento – SMUL, suplente, Sr. Evverton, manifestou-se favorável; em sequência, a  
1105 SMUL, titular, Sra. Beatriz: favorável; SGM, titular, Sr. Ernesto: favorável; SMSUB, suplente,  
1106 Sra. Aline: favorável; SMC, suplente, Sra. Alice: favorável; SVMA, suplente, Sra. Teresa:  
1107 favorável; SP Urbanismo, titular, Sra. Ângela: favorável; Instituto de Arquitetos do Brasil –  
1108 IAB, titular, Sra. Cláudia, aproveitou para parabenizar o trabalho de todos e ressaltou que a  
1109 cidade tem muito a ganhar com o anexo do MASP e o retorno das atividades, mesmo  
1110 considerando o difícil histórico; agradeceu e parabenizou; Conselho Participativo  
1111 Municipal – CPM, titular, Sr. Durval: favorável; CPM 2, titular, Sr. Fábio: favorável; CPM 3,  
1112 titular, Sra. Thaline, manifestou favorável e que é muito bom poder aprovar projetos de  
1113 interesse público, além de interesses de marca, expressando felicidade com o projeto;  
1114 agradeceu; em seguida, foi aprovado por unanimidade dos presentes; com a palavra a Sra.  
1115 Regina, que agradeceu a todos e agradeceu ao Sr. Paulo pela paciência; mencionou que ele  
1116 entendeu, esclarecendo que, para que todos entendessem, ele ajustou bem as peças, pois  
1117 estava escrito muito mais coisas; afirmou que foi pedido que a imagem falasse mais do  
1118 que as letrinhas, indagando o Sr. Paulo; agradeceu a paciência de todos por terem os  
1119 ouvido e finalizou agradecendo a paciência, agradecendo ainda por terem adaptado as  
1120 peças conforme sugerido; em seguida, destacou que a ideia é que, cada vez mais se livre  
1121 das marcas, que as marcas venham apenas para fazer realmente apoio, para ter coisas de  
1122 interesse público e pagar coisas importantes para São Paulo de uma forma um pouco mais  
1123 organizada; **05)** Antes do encerramento da Reunião, foi sugerido nos debates o  
1124 encaminhamento de um Ofício para SMSUB, SP-TURIS e SGM, para esclarecimentos acerca  
1125 da afixação de placas metálicas usadas para delimitação do espaço, e segurança, em  
1126 especial no entorno do Parque Ibirapuera; com a palavra a Sra. Regina, que colocou em  
1127 discussão o encaminhamento de ofício para a Secretaria do Verde e demais órgãos  
1128 competentes, a fim de esclarecer dúvidas quanto aos fechamentos realizados em placas de  
1129 metal pela cidade, ressaltando a necessidade de especificação do tipo de metal utilizado;  
1130 em seguida, questionou se houve consulta específica à Secretaria do Verde sobre o Parque

1131 Ibirapuera e solicitou sugestões de encaminhamento para o ofício; com a palavra o Sr.  
1132 Fabio, que acrescentou que a Polícia Militar denomina esses fechamentos como "defensa  
1133 metálica", termo utilizado especialmente em estádios para contenção de torcidas  
1134 organizadas; ressaltou a importância de questionar a forma de fixação dessas estruturas  
1135 nas praças, exemplificando que em estádios elas são lineares e presas umas às outras, não  
1136 fixadas ao chão; sugeriu usar o termo "defensa metálica" no ofício para melhor  
1137 identificação; em sequência, pediu a Sra. Talita e demais presentes contribuições; com a  
1138 palavra o Sr. Fabio, que também destacou a importância de retomar as reuniões dos LEDs,  
1139 observando a proliferação significativa desses equipamentos pela cidade; finalizando,  
1140 sugeriu que esse tema seja considerado para futuras discussões; com a palavra, a Sra.  
1141 Regina, que informou que a comissão está buscando informações técnicas para auxiliar na  
1142 definição de critérios; ressaltou que não se pode simplesmente afirmar que determinado  
1143 recurso não estará disponível, pois há pressões diversas, como as observadas  
1144 recentemente em Curitiba, que demandam a presença do LED na cidade de São Paulo;  
1145 afirmou que será necessário fundamentação técnica robusta para orientar as decisões; em  
1146 seguida, explicou que a equipe aguarda o término do período do carnaval, que tomou  
1147 grande parte da atenção da equipe, para retomar os trabalhos com maior foco; destacou  
1148 que o carnaval foi marcado por discussões sobre o LED e outras questões relacionadas, e  
1149 que assim que possível, os trabalhos seguirão normalmente; com a palavra o Sr. Fabio  
1150 Jorge Benini Cabral, representante titular do Movimento Defesa São Paulo – MDSP, que  
1151 questionou sobre o manual cuja aprovação havia sido postergada; indagou se seria  
1152 possível montar uma comissão, ordinária ou extraordinária, para analisar o referido  
1153 manual, visando sua aprovação futura; à reunião tomou início com a Sra. Regina, que  
1154 afirmou poder deixar que a convocação internacional já está sendo providenciada pelo  
1155 pessoal, ressaltando que não suportará mais a situação atual; em seguida, complementou  
1156 que há diversas outras questões envolvidas, dentre elas a definição clara da estratégia  
1157 para parceria com a prefeitura, pois há dúvidas quanto à competência de cada órgão,  
1158 mencionando questionamentos sobre quem contrata quem, e se a SP Turis será a  
1159 responsável pela execução; destacou que desde o início dos trabalhos relacionados ao  
1160 Carnaval e aos blocos de rua, o processo já transitou entre a Secretaria de Cultura e a SP  
1161 Turismo, voltando para Cultura, e enfatizou que é necessário transcender as secretarias  
1162 para definir um posicionamento consolidado; prosseguiu informando que, inicialmente, é  
1163 imprescindível saber do governo a forma como o evento ocorrerá e, posteriormente,  
1164 apresentar uma minuta bem fundamentada contemplando todas as questões omissas, as  
1165 quais são muitas, inclusive com diferenciação entre patrocinador oficial e blocos de rua;  
1166 mencionou que tinha três observações a fazer quanto a esse tema e também sobre as  
1167 comissões, indicando que serão retomadas as subcomissões e sugerindo que a comissão  
1168 de Carnaval seja intersecretorial, considerando a ausência desse formato; esclareceu que já  
1169 existe uma portaria intersecretarias que reúne quase todos os secretários e que reuniões  
1170 sistemáticas vêm ocorrendo; em sequência, comentou que o manual vigente, que não  
1171 sofreu alterações desde 2019, precisou ser atualizado diante da introdução de novos  
1172 elementos, como o uso do LED e o surgimento de novas possibilidades e comunidades;

1173 destacou que não vê problema em ter patrocínio, exceto quanto a algumas questões  
1174 específicas, como a atuação dos bancos, da qual ainda não compreende bem a questão;  
1175 enfatizou que a customização com maquiagem é aberta para todos e que, em São Paulo,  
1176 diferente de outras cidades, o Carnaval é livre e absolutamente gratuito, proibindo a  
1177 venda de abadás, o que contrasta com a comercialização permitida em outras localidades;  
1178 reforçou que os blocos precisam de patrocinadores e é importante garantir que não  
1179 apenas os grandes patrocinadores participem, mas também os blocos pequenos e infantis  
1180 que não atraem o interesse das grandes marcas, como as bebidas alcoólicas; ressaltou a  
1181 importância de ter essa visão de cotidiano que foi percebida no último mês e que a CPPU  
1182 pode colaborar; afirmou que as CPPUs devem participar da logística e reconhecer a  
1183 importância do patrocinador como parte da estratégia; finalizou mencionando que existe  
1184 uma grande portaria em vigor, com participação ampla, e que acredita que com  
1185 antecedência, inclusive com apoio do Sr. Ernesto da comissão, será possível ampliar a  
1186 participação e efetividade; em sequência, passou a palavra para a Sra. Aline; com a palavra  
1187 a Sra. Thaline, que indagou se sobre o plano da paisagem haverá alguma subcomissão para  
1188 debater e discutir o tema, mencionando que nas reuniões extraordinárias não há tempo  
1189 de qualidade para isso, e questionou sobre algum encaminhamento para retomar a criação  
1190 do grupo de trabalho ou subcomissão responsável por analisar os tickets referentes aos  
1191 territórios de interesse da cultura e da paisagem, previstos no plano diretor e que  
1192 precisam ser regulamentados; em seguida, com a palavra a Sra. Regina, que afirmou ser  
1193 necessário trabalhar com relação ao ticket e ao plano da paisagem, esclarecendo que o  
1194 momento é de aguardar a poeira baixar após o Carnaval, que foi atípico devido ao elevado  
1195 número de blocos, entre 600 e 700, o que gerou confusão na distribuição dos brindes, já  
1196 ajustada; acrescentou que houve mudança de gestão e dificuldades de entendimento  
1197 entre patrocinador oficial e patrocinador de bloco, deixando claro que patrocinador oficial  
1198 pode ter bloco, mas não pode agir dentro do bloco, devendo atuar fora, conforme previsto  
1199 no contrato; finalizou informando que a equipe está estruturando as informações para  
1200 apresentar ao grupo, solicitando aguardar; com a palavra a conselheira suplente do  
1201 Conselho Participativo Municipal – CPM, Sra. Thaline Nunes Rocha, que indagou se seria  
1202 possível encaminhar e-mail para inscrição em subcomissões, mencionando que nas outras  
1203 subcomissões a Sra. Talita havia enviado e-mail perguntando quem gostaria de se  
1204 inscrever; em seguida, a presidente, Sra. Regina, afirmou que faria uma apresentação  
1205 sobre a estrutura e que dali sairia a definição da realização de um dia exclusivo para planos  
1206 e paisagem; complementou mencionando que, em relação à equipe, havia conversado  
1207 sobre a possibilidade de coordenação pela sociedade, pois não possuía disponibilidade  
1208 para tal; afirmou que poderia verificar como o procedimento para instituição da equipe  
1209 deveria ocorrer, destacando que nas outras subcomissões foi enviado e-mail para os  
1210 interessados, mas que algum encaminhamento formal deveria ser definido; com a palavra  
1211 a secretária executiva, Sra. Talita Veiga Cavallari Fonseca, que informou que será aberto  
1212 prazo para encaminhamento de resolução ou portaria referente à formação da comissão;  
1213 em seguida, mencionou que Thalini assume como coordenadora pela primeira vez em  
1214 sociedade civil quase organizada, coordenando com a questão interna da prefeitura, com

1215 data prevista para 2 de abril; em sequência, esclareceu que será dado prazo de  
1216 aproximadamente quinze dias a partir do envio do e-mail de convocação para formação da  
1217 comissão; complementou que a comissão pode incluir outras pessoas que não sejam  
1218 membros do conselho, pois há muitos representantes externos interessados; reforçou que  
1219 quanto mais participantes externos, melhor, pois evita-se trabalhar isoladamente;  
1220 ressaltou que é necessário apenas comunicar para providenciar sala e água para as  
1221 reuniões; afirmou que a participação da comissão sempre será acompanhada, e que a  
1222 coordenadora da CPPU da SMUL estará envolvida para formalizar os processos; por fim,  
1223 passou a palavra ao Sr. Fábio; com a palavra o Sr. Fabio Jorge Benini Cabral, representante  
1224 titular do movimento Defenda São Paulo, que manifestou inicialmente sua preocupação  
1225 sobre a delimitação dos territórios, mencionando que gostaria de discutir como esses  
1226 territórios seriam organizados; em seguida, destacou que, se não estava equivocado,  
1227 haveria abrangência para jaguaré, perus e paulista luz, ressaltando que essas áreas foram  
1228 puladas; com a palavra a Sra. Aparecida Regina Lopes Monteiro, presidente da comissão  
1229 de proteção à paisagem urbana, que explicou que haviam encerrado o assunto da Sra.  
1230 Teresa e que, por isso, perderam o foco; acrescentou que era necessário apenas fechar o  
1231 ofício destinado à empresa São Paulo Turismo, e que seria preciso que as três secretarias  
1232 fossem informadas; na sequência, o Sr. Fabio reforçou a necessidade de esclarecer como  
1233 será fixada a defesa metálica, especialmente no parque; em seguida, afirmou que  
1234 precisaria colocar a questão em votação, ressaltando que a CPPU é o órgão que  
1235 deliberaria, não apenas a presidência; afirmou que a comissão deliberaria; com a palavra o  
1236 Sr. Fabio questionou como o procedimento seria realizado, se perguntaria a todos de uma  
1237 vez ou um a um; em réplica, a secretária executiva Talita Veiga Cavallari Fonseca  
1238 esclareceu que não seria necessário fazer individualmente, encerrando o questionamento;  
1239 com a palavra a representante, Sra. Talita, que informou que a representante de justiça já  
1240 havia saído, assim como a Sra. Alice, representante da cultura, que também deixou a  
1241 reunião; em seguida, a Sra. Regina colocou em votação a elaboração e o envio do ofício  
1242 para as secretarias envolvidas, indagando se havia alguém contrário, ao que não houve  
1243 manifestação; por fim, a Sra. Regina solicitou que a Sra. Talita registrasse o que foi  
1244 aprovado, ressaltando que a Sra. Aline, da SMSUB, também havia se retirado da reunião, e  
1245 autorizou o prosseguimento dos trabalhos com a palavra para o Sr. Fabio; com a palavra, o  
1246 Sr. Fabio Jorge Benini Cabral, representante titular do Movimento Defenda São Paulo –  
1247 MDSP, que manifestou que não ia comentar, mas que achou ótima a intervenção da Sra.  
1248 Thaline, colocando também que, como há o ticket na área, além do Jaguaré e Perus, há  
1249 também o ticket Paulista Luz; colocou-se à disposição para participar ou para coordenar  
1250 com a Sra. Thaline, caso ela precise de ajuda, e colocou-se à disposição pela área de  
1251 abrangência do CPM; com a palavra a Sra. Regina, que manifestou que forçosamente a Sra.  
1252 Alice deve participar, pela cultura, obviamente; em seguida, afirmou que a Sra. Alice não  
1253 pode recusar a participação; em sequência, indagou se a Sra. Cláudia deseja falar ou se  
1254 inscrever no ticket da reunião, colocando-se à disposição; mencionou a importância de  
1255 registrar as falas na reunião. com a palavra a Sra. Regina, que reafirmou ter conversado  
1256 com a Sra. Alice no ano anterior e que esta se mostrou disposta a participar; pontuou que

1257 outros membros da prefeitura devem participar, citando a Sra. Tereza e a Secretaria do  
1258 Verde, destacando a Sra. Ângela, da qual acredita que ficará como participante; comentou  
1259 sobre o Sr. Durval, que sempre contribui positivamente, e perguntou se ele estaria  
1260 presente ou se já teria se retirado da reunião; constatou que o Sr. Durval está presente,  
1261 mas disfarçando-se para não participar, o que gerou um comentário descontraído sobre  
1262 sair um momento da reunião. em seguida, a Sra. Regina ressaltou que o início está bom e  
1263 solicitou que os presentes convidem formalmente a Sra. Talita para a constituição de uma  
1264 comissão; solicitou também que a Sra. Taline esquematize o processo para facilitar a  
1265 compreensão da sociedade em geral, pois é um tema de certa complexidade; ressaltou a  
1266 importância de utilizar o instrumento de forma efetiva. por fim, declarou encerrada a  
1267 reunião, informando que não há mais assuntos a tratar. **06)** Foi aprovado ainda, sem  
1268 óbices dos presentes, a criação de uma subcomissão para tratar dos Territórios de  
1269 Interesse da Cultura e da Paisagem - TICP, com a Coordenação da Representante titular do  
1270 Conselho Participativo Municipal, Thaline Nunes Rocha; segundo trecho da reunião, com a  
1271 palavra o Sr. Fábio Jorge Benini Cabral, que reforçou a necessidade de marcar reunião  
1272 sobre led e plano da paisagem; em seguida, a Sra. Regina Ramoska afirmou precisar de  
1273 indicações de pessoas da universidade ou de alguma instituição que possa orientar com  
1274 dados mais aprofundados, diferente da iniciativa privada já apresentada; prosseguiu  
1275 mencionando a aprovação do pilon do shopping Morumbi como exemplo, e ressaltou a  
1276 dificuldade em obter elementos que fomentem conhecimento além da iniciativa privada,  
1277 pedindo desculpas e retomando a fala; em sequência, o Sr. Fábio Jorge Benini Cabral  
1278 sugeriu a realização de levantamento em fontes secundárias, com casos de benchmarking,  
1279 para conhecer experiências internacionais de implementação de LED, para servir como  
1280 parâmetro; complementou dizendo que poderia verificar com o Mackenzie, que tem um  
1281 departamento técnico forte na engenharia, e verificar com as professoras Angélica e  
1282 Viviane a possibilidade de contato; concluiu mencionando que o Mackenzie está próximo  
1283 do centro e que poderiam ter sugestões, porém frisou que ainda não há caminhos  
1284 definidos para prosseguir; com a palavra, a presidente, Sra. Aparecida Regina Lopes  
1285 Monteiro, informou que a comissão dispõe apenas de elementos da iniciativa privada,  
1286 destacando que foram realizados levantamentos globais, porém as regras observadas não  
1287 se adaptam às necessidades locais; em seguida, ressaltou que a lista limpa representa o  
1288 parâmetro aplicável, sem possibilidade de adequações; acrescentou que com a introdução  
1289 do LED glass e dos painéis de alta resolução, surgem novos desafios técnicos, e que  
1290 somente é possível apresentar exemplos da iniciativa privada para ilustrar o cenário atual;  
1291 com a palavra, mencionou que não dispõe de condições para indicar especificações a  
1292 serem solicitadas, exceto aquelas derivadas do coratran, que estabelecem regras  
1293 específicas para horários matutinos e noturnos em rodovias; em sequência, informou que  
1294 a CET libera todos os LEDs que lhes são encaminhados para análise técnica, não havendo  
1295 restrições aparentes; prosseguiu afirmando que as projeções atualmente existentes não  
1296 possuem impacto comparável ao do LED, faltando parâmetros técnicos adequados;  
1297 finalizou enfatizando a função da comissão em abrir caminhos para obter informações  
1298 técnicas e parâmetros da universidade, uma vez que tais dados ainda são escassos;

1299 solicitou que, caso alguém disponha de informações relevantes, compartilhe com a  
1300 comissão; em seguida o Sr. Fabio Jorge Benini Cabral, representante do Movimento  
1301 Defenda São Paulo – MDSP, comprometeu-se a contatar o Mackenzie para verificar a  
1302 possibilidade de auxílio na comissão, sugerindo ainda convidar alguma pessoa, conforme  
1303 manifestação da Sra. Aparecida Regina Lopes Monteiro, Presidente da Comissão de  
1304 Proteção à Paisagem Urbana – CPPU, que ressaltou a dificuldade de realizar chamamento  
1305 diante da incerteza dos desdobramentos, mencionando que não há parâmetros técnicos  
1306 de controle claros e citando experiências anteriores frustradas com painéis provisórios de  
1307 anúncios imobiliários; em seguida, o Sr. Fabio Jorge Benini Cabral observou que o mercado  
1308 imobiliário vem proliferando painéis, mesmo sem aprovação, sendo frequente a  
1309 fiscalização e aplicação de multas que geram apagamento temporário dos painéis, o que  
1310 ocorre de forma repetitiva; acrescentou o desejo de regulamentar a questão para que a  
1311 comissão tenha um instrumento mais eficaz de controle, embora no momento o trabalho  
1312 baseie-se na primeira resolução vigente; na sequência, a Sra. Aparecida Regina Lopes  
1313 Monteiro pontuou que lançamentos imobiliários devem manter painéis fixos, não sendo  
1314 permitida a utilização de LED ou LED em anúncios especiais; a Sra. Talita Veiga Cavallari  
1315 Fonseca, Secretária Executiva, reforçou que, quando ofícios são enviados, constata-se  
1316 frequentemente que os anúncios permanecem acesos durante a noite, configurando  
1317 abuso, conforme relato do Sr. Fabio Jorge Benini Cabral; finalizando, a Sra. Talita Veiga  
1318 Cavallari Fonseca destacou a importância da regulamentação dos anúncios imobiliários  
1319 para melhor controle e fiscalização, tendo em vista o cenário atual de abusos; com a  
1320 palavra a Sra. Regina, que afirmou que estão perdendo a chance; em seguida, manifestou  
1321 que, em relação ao grupo de trabalho, é necessário contar com representantes da  
1322 iniciativa, da universidade, pois da iniciativa privada já dispõe de muitas pessoas que  
1323 podem contribuir; mencionou que na semana anterior foi possível observar o edifício, cujo  
1324 proprietário tem toda a documentação; aliás, ressaltou a necessidade de agendar,  
1325 indicando que Talita está ciente da reunião para visita ao prédio, que possui arquitetura  
1326 com LED Glass; concluiu dizendo que irão visitar o prédio e analisar a utilização do material  
1327 na arquitetura; com a palavra a Sra. Talita, que informou que a visita sugerida para os  
1328 conselheiros será realizada às quartas-feiras, a partir das 17h, sendo o horário das 18h às  
1329 18h30 indicado como ideal para as visitas, pois é o período considerado mais  
1330 movimentado; ressaltou que quarta-feira é um bom dia para os conselheiros; em seguida,  
1331 questionou se alguém teria impedimento para participar do encontro das 18h às 19h30,  
1332 destacando que a Sra. Angela poderia ser levada em outro dia, pois o dia sugerido já seria  
1333 dia de reunião, o que facilitaria a participação dos conselheiros; colocou-se à disposição  
1334 para verificar com os interessados a data adequada; com a palavra, o Sr. Fabio indagou  
1335 sobre a possibilidade de a visita coincidir com as reuniões do CMPU, ressaltando a  
1336 importância de evitar conflitos de agenda; pontuou que as reuniões da CPPU já ocorreram  
1337 em terças e quartas e que a saída do dia original visava justamente evitar essa  
1338 coincidência; ressaltou que não poderia comparecer se coincidir com o dia do CMPU, pois  
1339 atua sozinho e defendeu a necessidade de ter representantes suficientes, sugerindo a  
1340 divisão entre comissões; em réplica, a Sra. Regina autorizou a marcação da visita com os

1341 conselheiros, salientando que não deverá ocorrer na quarta-feira de cinzas, indicando que  
1342 seria marcada em outra quarta-feira do mês de março; informou que sua equipe, incluindo  
1343 a Sra. Angela e a Sra. Sônia, participará das visitas, que poderão ser realizadas em  
1344 diferentes turnos para aproveitar a programação do local, pois há atividades interessantes  
1345 durante o dia; em seguida, o Sr. Fabio comprometeu-se a dar retorno assim que conseguir  
1346 contato e solicitou que as informações sejam encaminhadas à Sra. Talita e aos demais  
1347 interessados; alertou que, na ausência de locais para visita, poderia trazer iniciativas  
1348 privadas, mencionando um projeto com LED que é impressionante e de alto impacto,  
1349 porém que demanda cuidado na aplicação para evitar efeitos indesejados. **07)** Não  
1350 havendo mais assuntos a serem tratados, a Presidente agradeceu a participação do  
1351 colegiado e encerrou a reunião às 16h59min.

#### **PRESIDÊNCIA**

---

APARECIDA REGINA LOPES MONTEIRO  
PRESIDENTE

#### **APOIO**

#### **SECRETARIA EXECUTIVA DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS**

---

TALITA VEIGA CAVALLARI FONSECA  
SECRETÁRIA EXECUTIVA

**I – REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO:**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO – SMUL (1)**

---

EVERTON DA SILVA

SUPLENTE

**SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO – SMUL (2)**

---

BEATRIZ BRUNO MENDES

TITULAR

**SECRETARIA DE GOVERNO MUNICIPAL – SGM**

---

ERNESTO DE LIMA ALVES VIVONA

TITULAR

**SECRETARIA MUNICIPAL DE JUSTIÇA – SMJ**

---

EUNICE APARECIDA DE JESUS PRUDENTE

TITULAR

**SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS – SMSUB**

---

ALINE DE OLIVEIRA SILVA  
SUPLENTE

**SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA – SMC**

---

ALICE DE ALMEIDA AMÉRICO  
SUPLENTE

**SÃO PAULO URBANISMO – SP URBANISMO**

---

ANGELA DOS SANTOS SILVA  
TITULAR

**SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E MEIO AMBIENTE – SVMA**

---

TERESA MARIA EMIDIO  
SUPLENTE

**II - CONSELHOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS E SETORIAIS**

**CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL – CPM 1**

---

DURVAL NICOLAU TABACH

TITULAR

**CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL – CPM 2**

---

FABIO JORGE BENINI CABRAL

TITULAR

**CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL – CPM 3**

---

THALINE NUNES ROCHA

TITULAR

**CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL – CPM 3**

---

ELODIA FATIMA FILIPPINI

SUPLENTE

**II - SEGMENTO ACADÊMICO E TÉCNICO-PROFISSIONAL**

**INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL – IAB-SP**

---

CLAUDIA ANDREOLI MUNIZ

TITULAR